

Sandra Teixeira Fernandes

**Jornalismo de Causas**  
**O Ambiente como análise de conteúdo**

Instituto Politécnico de Tomar  
Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

2007



# Índice

<b>Prefácio</b>	<b>11</b>
<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>I</b>	<b>17</b>
<b>1 Jornalismo Cívico: as raízes do jornalismo de causas</b>	<b>19</b>
<b>2 Objectividade Vs subjectividade: o fundamento do jornalismo de causas</b>	<b>21</b>
2.1 O conceito de objectividade . . . . .	22
2.2 Breve revisão ao paradigma da objectividade até à actualidade . . . . .	23
2.2.1 Objectividade, imparcialidade, autonomia e ética	25
2.3 Limites da objectividade . . . . .	27
2.4 A subjectividade como algo inevitável . . . . .	30
<b>3 Jornalismo de causas</b>	<b>33</b>
<b>II</b>	<b>39</b>
<b>4 Metodologia</b>	<b>43</b>
4.1 Análise de conteúdo . . . . .	45
4.1.1 Análise quantitativa . . . . .	46
4.1.2 Análise qualitativa . . . . .	47

<b>5</b>	<b>Análise de dados</b>	<b>49</b>
<b>6</b>	<b>Reflexão final sobre a análise de conteúdo</b>	<b>71</b>
	<b>Considerações finais</b>	<b>73</b>
	<b>Bibliografia</b>	<b>77</b>
	<b>Anexos</b>	<b>79</b>

Trabalho realizado no âmbito da cadeira de *Seminários*.  
Orientador: Dr.<sup>a</sup> Raquel Botelho.  
Instituto Politécnico de Tomar – Escola Superior de Tecnologia de  
Abrantes, 2006/2007.



## **Epígrafe**

*“Algo superior e poderoso  
que torna os homens diferentes dos animais  
e que os faz resistir além das suas forças;  
alcançar limites acima do possível:  
a Vontade”*

(Amyr Klink)





## **Agradecimentos**

*À Dr.<sup>a</sup> Raquel Botelho e à Dr.<sup>a</sup> Hália Costa Santos, pelo acompanhamento dado sem o qual este trabalho teria sido impossível;*

*A todo o corpo docente do Departamento de Comunicação Social*

*da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes*

*pela aprendizagem ao longo destes 5 anos, fulcral em todos os trabalhos;*

*Aos jornalistas que pacientemente*

*colaboraram neste trabalho com os seus testemunhos imprescindíveis;*

*A todos aqueles que não temem defender causas de forma profissional.*



## Resumo

Com o surgimento do novo jornalismo ou jornalismo cívico o paradigma da objectividade/ subjectividade ganhou nova forma. É neste contexto que muitos defendem o nascimento de um jornalismo de causas. Será possível inter-relacionar jornalismo e causas? Através de uma análise de conteúdo de notícias publicadas na imprensa portuguesa equaciona-se se o ambiente é ou não um exemplo de jornalismo de causas. As conclusões são várias, mas a questão da subjectividade no jornalismo não se encerra aqui.

**Palavras-chave:** novo jornalismo, subjectividade, objectividade, jornalismo, causas ambiente, análise conteúdo.

## Abstract

When the appearance of the new journalism the paradigm of objectivity/subjectivity has gained a new form. It's in this context, that many researchers defend the birth of the advocacy journalism. However, is it possible to establish a relation between journalism and causes?

Based on a content analysis of news published in the Portuguese press, we try to see if the environment is or not an example of advocacy journalism. The conclusions are many, but the subjectivity question doesn't end here.

**Key words:** new journalism, subjectivity, objectivity, journalism, causes environment, content analysis.



# Prefácio

Há uma frase notável do jornalista Adelino Gomes, citada neste trabalho. Diz ele: “Fazer jornalismo de causas é seguir no fio da navalha da deontologia”.

Essas doze palavras condensam, de certa forma, o que a aluna Sandra Teixeira Fernandes procura aprofundar ao longo desta tese de fim de curso. Nas entrelinhas da frase de Adelino Gomes, o que está escrito é que o jornalismo de causas é possível, mas constitui um exercício perigoso, tendo-se em conta os princípios elementares da profissão.

Este alerta deveria ser recordado todos os dias pelos jornalistas que escrevem sobre ambiente. As notícias multiplicam-se, alimentadas por uma motivação simples: o planeta precisa de ser tratado com cuidado, caso contrário é a nossa sobrevivência, e a dos nossos filhos, netos e bisnetos, que estará em causa. Racionalmente, é impossível contrariar essa lógica, o que faz do ambiente uma causa incontestável.

O consenso sobre a importância da protecção do ambiente – ainda que muitas vezes seja apenas superficial – explica talvez a facilidade com que se encontram artigos e reportagens condimentadas com juízos de valor, com opiniões explícitas, com adjectivos indignados ou outras formas literárias para dar ênfase a realidades que o próprio jornalista acha absurdas, chocantes, inadmissíveis ou escandalosas. Alguns exemplos apontados neste trabalho são elucidativos.

Mesmo peças jornalísticas mais equilibradas e menos opinativas não encerram em si, apenas por isso, a mítica virtude da objectividade. Podem até conter todos os elementos do bom jornalismo, mas isto não exime o repórter da responsabilidade pelas opções que fez: com quem falou, que documentos consultou, que abordagem escolheu, de que forma redigiu o texto.

Em todos os artigos sobre ambiente, há sempre uma base de partida,

que nada mais é do que um juízo *a priori* daquilo que é certo e é errado, daquilo que prejudica a Terra ou a beneficia.

Não supreende, por isso, que os jornalistas de ambiente sejam muitas vezes vistos como ambientalistas, eles próprios. De uma certa forma, isto faz sentido. Ao produzir notícias sobre um tema que preocupa a todos, que tem uma matriz moral incontestável, qualquer jornalista estará sempre a defender um valor universal, e por isso estará a praticar o jornalismo de causas.

O jornalista tem, no entanto, outros valores a seguir, os inerentes à sua própria actividade, os quais chocam frontalmente com o que se compreende como activismo militante em qualquer domínio. Saber equilibrar a sua consciência cívica com o necessário espartilho deontológico da profissão é o maior desafio para quem lida com os temas ambientais.

Trabalhos como este, realizado pela Sandra Fernandes, oferecem balizas interessantes. Rever, por exemplo, a história do conceito da objectividade, como a Sandra propõe, é um exercício esclarecedor. Também a evolução do que seria o jornalismo cívico – que devemos procurar em momentos ainda mais distantes do que os apontados neste trabalho – é algo que ajuda qualquer profissional a enquadrar a sua actividade no presente.

Análises de imprensa também são importantes como referência. O pequeno exercício realizado nesta tese, mesmo com as suas naturais limitações, é inspirador para trabalhos de mais vulto. Por exemplo, a mesma amostra, mas com um período mais longo, de alguns anos, possivelmente revelaria uma subida no número de notícias de ambiente nas páginas de economia.

Ao ler este trabalho, a sensação que fica é que, apesar de haver já alguma produção académica sobre a matéria, ainda há um enorme campo para análises da produção jornalística sobre ambiente em Portugal. Este, quem sabe, terá sido um primeiro passo para uma futura tese de mestrado.

Ricardo Garcia  
Jornalista no Jornal "Público"

# Introdução

*“O jornalismo de causas é sobretudo o porta-voz daqueles que não têm voz. É o jornalismo em que não há factos. Os factos correspondem à visão do mediador, do repórter. É o jornalismo de indignação, que não é indolor e incolor”*

Jornalista e escritor Armando Baptista-Bastos<sup>1</sup>

Em tempo de democracia a comunicação tem um papel fundamental, crucial até. É ela que permite ao jornalismo ser o que é hoje, uma vez que a liberdade de expressão é um direito e uma garantia. Mas enquanto estudante de jornalismo e face a uma entrada a breve trecho no mercado de trabalho interrogo-me se o papel do jornalista é o de mero contador de estórias? Será compatível o papel de cidadão (democrata) e participativo com o de jornalista? Não será missão do jornalista indagar-se, indignar-se? Será de facto incompatível o exercício da profissão e a defesa de determinadas causas?

Cada vez mais nos vamos interrogando se no jornalismo há espaços para causas. Muitos defendem que sim, e enquadram-no como consequência do “new journalism” ou jornalismo público<sup>2</sup>. Até porque, o jornalismo está numa nova fase de evolução, face ao nascimento dos jornais gratuitos do aparecimento dos weblogs e do webjornalismo ou jornalismo on-line. Outros, aqueles que defendem um jornalismo mais tradicional e objectivo dizem que causas e jornalismo são indissociáveis, é o exemplo de António José Saraiva, director do semanário “Sol”. Mas cada vez mais nos vamos apercebendo que aos poucos nasce um jornalismo de causas, um jornalismo que defende certos valores. E

---

<sup>1</sup> In: <http://glossariodasimpertinencias.blogspot.com/> - consultado a 5 de Dezembro 2006

<sup>2</sup> Ver glossário em anexo

existindo o que se subentende por jornalismo de causas? É esse o objectivo deste trabalho, problematizar a existência ou não de causas no jornalismo, até porque inerente a esta questão está um dos principais paradigmas do jornalismo, o dilema subjectividade versus objectividade. No fundo esta dicotomia é transversal a quase a todas as problemáticas do jornalismo actual, e tem sido transversal à história do jornalismo.

Esta é também a raiz da reflexão sobre o jornalismo de causas, por que a haver jornalismo de causas este é claramente subjectivo, uma vez que pressupõe a defesa de valores intrínsecos ao jornalista, ou indignações deste, e neste âmbito estamos claramente a falar do campo do ser e da subjectividade.

No sentido de esclarecer esta dicotomia foi elaborada uma recolha das principais teorias sobre o assunto e as reflexões teóricas de jornalistas e pesquisadores das ciências sociais; em particular durante o século XX, embora a problemática remonte já ao século XIX. Mas se a questão se coloca a nível do jornalismo, os profissionais também terão uma palavra a dar, até porque é uma questão que se coloca no exercício da profissão e à qual apenas eles poderão responder, e têm com certeza uma opinião a dar.

Mas este trabalho não pressupõe ser apenas teórico, nem ser uma compilação de opiniões. Há que reflectir sobre a realidade e auscultar se as opiniões convergem ou divergem da prática.

Neste âmbito o trabalho encontra-se organizado em duas partes. Primeiramente elaborou-se uma reflexão teórica, e posteriormente aplica-se os conceitos teóricos à prática. Neste caso em particular, tenta-se verificar a existência ou não da defesa de causas através da análise dos artigos noticiosos publicados nos principais meios de imprensa portugueses, através de uma análise de conteúdo.

O ambiente foi a causa seleccionada para análise, uma vez que era necessário centrar o trabalho numa única causa e esta foi considerada uma das principais causas defendidas pelos media. Esta é uma temática sobre a qual muito se tem debatido, reflectido, e alertado consciências em prol do denominado desenvolvimento sustentável (que não coloca em causa a sobrevivência e qualidade de vida das gerações vindouras).

Será então o ambiente uma causa defendida pelos jornalistas? Há ou não um jornalismo de causas? Cidadania e jornalismo poderão ser exercidos conjuntamente ou existe uma incompatibilidade entre ambos?



Questões como estas e entre outras que poderão surgir serão a trave mestra das linhas que se seguem.



# Parte I



# Capítulo 1

## Jornalismo Cívico: as raízes do jornalismo de causas

O Jornalismo de causas está intrinsecamente relacionado com o jornalismo cívico, embora haja, também, quem o denomine de jornalismo público, mas ambos os conceitos pretendem determinar a corrente que nasceu com o “novo jornalismo”<sup>1</sup>. Esta corrente começou a desenvolver-se a partir de finais dos anos 80, em sectores do jornalismo americano nomeadamente em jornais de cidades de pequena e média dimensão, com o objectivo de através de um diferente tratamento da informação, dar às pessoas as notícias de que precisam para actuarem como cidadãs, para tomarem as decisões que são chamadas a assumir numa sociedade democrática. Para os defensores do jornalismo cívico, trata-se de voltar a ligar os meios de comunicação aos problemas das populações locais, para os incentivar a agir em defesa da solução desses problemas.

As suas duas premissas são: algo vai mal na sociedade e nos seus valores; algo também vai mal no jornalismo, que declina nas tiragens e no interesse e consideração dos leitores. Davis Merritt um dos pais fundadores deste movimento, na introdução do seu livro-manifesto, escreve: “Existem dois pressupostos fundamentais: ‘ a vida pública não vai bem e o jornalismo enquanto profissão está em dificuldade’ ” (Traquina e Mesquita, 2003:10). Ideia reforçada por Jay Rosen: “O Jornalismo pode e deve ter um papel no reforço da cidadania, melhorando o debate público e revendo a vida pública” (Traquina e Mesquita, 2003:10).

---

<sup>1</sup> ver glossário em anexo

Para Davis Merrit a relação entre democracia e jornalismo é simbiótica. “Numa sociedade de indivíduos dispersos e abarrotados com informação descontextualizada, uma vida pública efectiva precisa de ter informação relevante que é partilhada por todos, e um lugar para discutir as suas implicações. Somente jornalistas livres e independentes podem – mas habitualmente não conseguem – providenciar estas coisas. Do mesmo modo a vida pública efectiva requer a atenção e o envolvimento de cidadãos conscienciosos, que só eles podem providenciar. Por outro lado, se as pessoas não estão interessadas na vida pública, eles não tem qualquer necessidade dos jornalistas nem do jornalismo” (Traquina e Mesquita, 2003:10). Mas a objectividade enquanto trave mestra do jornalismo apresenta-se como principal entrave ao novo jornalismo.

Apesar dos seus defeitos não terá a objectividade, ainda, um papel fundamental na expressão de valores essenciais? Será a possível a noção de objectividade no novo jornalismo?

## **Capítulo 2**

# **Objectividade Vs subjectividade: o fundamento do jornalismo de causas**

Numa primeira abordagem ao tema, em análise, há questões sobre as quais convém reflectir. Temos de ultrapassar alguns estereótipos, hoje rejeitados pela prática e teoria jornalísticas, designadamente, os agregados em torno do mito da objectividade, num extremo, ou os construídos à volta do chamado “jornalismo de causas”, no outro. Isto porque, por um lado, “a imparcialidade não é sinónimo de neutralidade quando estão em causa valores fundamentais da vida em sociedade” (Livro de Estilo do Publico, 2005:38), por outro, porque vem tomando acento um novo paradigma na investigação académica sobre jornalismo, que concebe a notícia como uma construção, cuja fundamentação principal reside no facto de ser “impossível a neutralidade da linguagem” (Traquina, 2001: 28).

Mas esta dicotomia há já muito que vem sido discutida, “dir-se-ia aliás que o conceito de objectividade foi abandonado ou secundarizado”. Como afirma Mário Mesquita (2004:207): “a vinculação à “objectividade” deixou de ser considerada pertinente, remetendo-se para outros conceitos, como os de honestidade, “lealdade”, “jogo limpo” ”.

## 2.1 O conceito de objectividade

*É um mito, um mito muito importante, mas muitas vezes falível e a precisar de ser substituído por um conceito mais inspirador.*

Jay Rosen

(cit . por Traquina e Mesquita, 2003:75)

Objectividade é um conceito com raiz etimológica formada a partir do adjectivo objectivo. Em sentido lato, é o carácter daquilo que é objectivo, imparcial, ou seja independente de interesses, convicções ou preconceitos. Objectividade é “carácter daquilo que existe independentemente do espírito humano, em oposição ao que é subjectivo (ou seja, aparente, irreal, ilusório); corresponde efectivamente à realidade e constitui o próprio fundamento do acordo dos espíritos, em oposição ao que, neste ou naquele, é apenas representação contingente ou passageira. A objectividade é mais precisamente uma representação correcta da realidade” ( Clément et al., 1999:279).

Mas o conceito de objectividade, do ponto de vista jornalístico, é muito mais complexo. Jay Rosen citado por Traquina e Mesquita em “Jornalismo Cívico” (2003:75) identifica cinco formas de compreender a objectividade.

Uma das formas mais fáceis de compreender a objectividade é defini-la como um contrato entre, por um lado, os jornalistas e, por outro, as entidades patronais. O contrato postula o seguinte: “vocês editores, dão-nos o direito de relatar as notícias de uma forma independente e deixam-nos em paz e em troca não vos causaremos demasiados incómodos por introduzir política nas notícias”.

Mas há outras formas de ver a objectividade. Uma segunda forma de compreender a objectividade é entendê-la como uma teoria de como chegar à verdade ou teoria da separação. Esta defende a separação dos factos dos valores ou a informação da opinião, esta é a deontologia dos jornalistas americanos. Alguns diriam até uma ideologia.

Em terceiro lugar podemos entender a objectividade como um conjunto de rotinas e de procedimentos profissionais, isto é através do ritual do equilíbrio e da noção segundo a qual as duas partes têm uma voz nas colunas noticiosas (ideia também defendida por Gaye Tuchman - são os denominados “rituais estratégicos de objectividade”- ).



A quarta forma de compreender a objectividade – e esta é provavelmente a forma menos comum de pensá-la – é dizer que a objectividade é uma técnica de persuasão, uma estratégia retórica.

Por fim podemos conceber a objectividade como expressão de um ideal muito nobre e necessário numa democracia, isto é expressa a esperança de uma comunidade política poder concordar com alguns factos para que produtivamente, possa discordar de outros.

A objectividade deve ser analisada tendo em conta o nível técnico, a abordagem das situações e a atitude/formação do jornalista, ou seja os aspectos deontológicos.

Mas o paradigma da objectividade não se resume à sua definição, é muito mais transversal e temporal.

## **2.2 Breve revisão ao paradigma da objectividade até à actualidade**

O conceito de objectividade surge com a modernidade, paralelamente à emergência das ciências experimentais nos séculos XVIII e XIX. O conceito aparece intimamente ligado às noções de observação e experimentação, valorizadas no âmbito das ciências positivas. Por objectividade, designa-se o carácter de “uma realidade que aparece aos sentidos e à qual a percepção atribui uma natureza real, caracterizando deste modo, fenómenos que se prestam a observação e a experimentação” (Thinès e Agnés, 1984:647).

No caso específico do jornalismo a objectividade adquire pertinência sobretudo a partir do século XIX, designado pelos historiadores como “fase industrial da imprensa” e apresenta-se como “o resultado de uma construção resultante da nova estratégia comercial da imprensa: a extensão e diversificação dos públicos aconselham uma nova atitude, que se traduz num relato dos acontecimentos que seja válido para todos os leitores e não apenas para este ou aquele indivíduo ou grupo de indivíduos”. (Thinès e Agnés, 1984:647). Até aqui a objectividade não constituía problema, porque a imprensa estava inteiramente voltada para a expressão de opiniões e para o debate de ideias constitutivo do espaço público.

O surgimento nos anos 20-30 da profissão de “relações públicas”

ajuda, igualmente, a explicar a “sacralização” da noção de objectividade no jornalismo norte-americano, com o objectivo de distinguir a actividade (jornalística) de recolha e difusão das informações das acções (de relações públicas) desenvolvidas pelos novos “promotores” de notícias.

Contudo é no século XX, nos Estados Unidos da América, que o conceito se afirma, enquanto valor jornalístico e se vai consagrando nos códigos deontológicos numa tentativa de travar o sensacionalismo e instintos empresariais. Para John Merrill, a objectividade jornalística transforma-se num conceito ético, pelo que a pudemos enquadrar, tal como refere Mário Mesquita em três planos: deontológico enquanto dever ou compromisso ético; no plano da investigação jornalística, enquanto conjunto de normas processuais; e no plano da retórica enquanto conjunto de regras de natureza estilística.

Mas conforme escreve Daniel Cornu (1999:359) “a objectividade é a atitude (quanto pessoa à pessoa) ou o método (quanto à aproximação) que permite ligar a realidade à verdade, ver ‘as coisas como elas são’ e não é de forma nenhuma realizada por uma política de informação que vise apenas o equilíbrio e a neutralidade. A realidade em si mesma é brutal, excessiva e conflitual.”

Fundamentando-se no positivismo, cultura dominante, cria-se a distinção entre factos e juízos de valor. Distinção que foi também aplicada ao jornalismo, através do aforismo: “os factos são sagrados, as opiniões são livres”. “Separa-se esquizofrenicamente a realidade objecto de informação e o modo do seu tratamento informativo, bem como o papel das pessoas que trabalham nos meios de comunicação”(López, 2001:20).

Contudo não é possível objectivar a realidade, os jornalistas conseguem apenas representa-la, uma vez que é investigador, narrador e autor. “Não basta relatar os factos com verdade é necessário dizer a verdade sobre os factos” (Rosa, 2006:22). Assim no pós guerra, começaram a surgir tendências de recusa à “doutrina da objectividade”, como norma de estilo, embora se defenda uma atitude objectiva ou na expressão de Paul Ricouer uma “conduta de objectividade”. Todas estas formulações originaram várias reflexões e teorias, até porque “a objectividade é, por ventura, o conceito mais vezes utilizado pelos jornalistas, fontes, investigadores e público, quando a discussão se concentra na imparcialidade

do repórter” (Rosa, 2006:27). O que nos obriga a uma análise do conceito e revisão de noções como a imparcialidade, autonomia e ética.

### 2.2.1 Objectividade, imparcialidade, autonomia e ética

Michael Schudson (1978/1993 e 2003<sup>1</sup>) considera que o mito da objectividade foi um recurso desenvolvido pela classe jornalística após a Primeira Grande Guerra Mundial, durante a qual a acção propagandística foi mais forte que nunca. A objectividade tornou-se, assim, uma resposta às críticas, um conjunto de procedimentos. Schudson argumenta ainda que o próprio conceito de independência sofre mutações ao longo dos tempos. Segundo o autor, há medida que a imprensa evoluía desenvolveu-se em simultâneo “um dos primeiros campos de batalha” do jornalismo: o culto da rapidez, da “catcha” jornalística e da superação da concorrência. Só mais tarde, segundo o autor em questão, é que a objectividade foi estabelecida como permissa, numa fase de afirmação da imprensa enquanto força legitimada pela sociedade civil, para vigiar os “(ab)usos” do poder executivo e como método de se afirmar enquanto cultura emergente de modo a obterem como resultado um espelho fiel da realidade. Mas, é neste ponto que nasce uma questão fulcral e nuclear neste trabalho: “pode um jornalista narrar a realidade como ela é, sem juízos de valor, sem apreciações críticas, numa palavra com objectividade?”

Segundo Gonçalo Pereira Rosa (2006:29) “ há muito que o dilema parece resolvido. É impossível fazer tábua rasa da subjectividade inerente a qualquer processo cognitivo. A apreensão de um objecto ou de um conceito, a sua escolha entre os demais conceitos ou objectos de um leque infinito de possibilidade, a própria escolha linguística e narrativa, a sua codificação em signos reconhecidos pela generalidade do público – tudo isto são processos que implicam selecções e juízos.” Schudson<sup>2</sup> argumenta que a década de 30 marcou a emergência do jornalismo interpretativo, precisamente porque as empresas jornalísticas reconhecem as limitações do paradigma da objectividade. “Tornava-se necessário interpretar e contextualizar, e a classe reconhece a complexidade da questão e aceita, a defesa da interpretação de factos, como mais uma tarefa

<sup>1</sup> Apud Traquina, 1999:282

<sup>2</sup> idem

dos jornalistas perante a sua audiência: a explicação contextual de um facto e o seu enquadramento numa conjuntura mais ampla passam a ser defendidas como obrigações jornalística”( Rosa, 2006:29) .

Schudson<sup>3</sup> (1982) conclui que é neste momento que se demonstra a inevitabilidade da subjectividade na escrita jornalística, e que a objectividade se torna um ideal. Ideia partilhada por Fernando Cascais (2001:145) que define a objectividade como “conceito de difícil definição que correntemente se utiliza nas referências à actividade jornalística mas que não representa mais do que um seu ideal, logo não atingível”<sup>4</sup> Surge o *new journalism*<sup>5</sup> e simultaneamente o *muckraking*<sup>6</sup>, jornalismo de investigação<sup>7</sup>, nascido com a investigação do “Washington Post” sobre o caso Watergate.

Na década de 80 surgem os modelos interacionistas. Neste contexto, Adriano Duarte Rodrigues considera “insustentável a dicotomia simplificadora e maniqueia entre a objectividade e subjectividade ou entre juízos factuais e juízos de valor”( cit. por Traquina 1999:27). O autor propôs a noção de meta-acontecimento, uma acontecimento provocado pelo discurso jornalístico sobre o evento a noticiar, mas repleto de escolhas e opções, que são um reflexo da ideologia do indivíduo que o enuncia e da sua organização. As notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento.

É o nascer do conceito de notícia como construção inserida num processo social. “Qualquer cientista social torna-se um participante activo no momento em que descreve um evento, mesmo que tome precauções para não interferir no acontecimento. Os media não reflectem a realidade tal como ela é. Reflectem, ao invés, as práticas daqueles que têm o poder de determinar as experiências dos outros” (Rosa, 2006:32). Neste âmbito o trabalho de Gaye Tuchman foi imprescindível. A autora propõe a noção de que o paradigma da objectividade serve os interesses dos jornalistas e das organizações a que estão vinculados: os primeiros op-

<sup>3</sup> Apud Traquina 1999: 278

<sup>4</sup> ver glossário em anexo

<sup>5</sup> idem

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> idem

tarão sempre por procedimentos que evitem colisões com os editores e demais chefias da redacção; os segundos visam evitar processo judicial e quebra de relações com fontes importantes para o futuro do jornal.

Abriu-se assim caminho para o fim do mito da objectividade. Hannah Arendt, formula a proposta de que, de facto, um enunciado ganha forma própria. “ A imparcialidade jornalística é justificada já não em termos absolutos (é impossível um individuo desprender-se da carga de subjectividade inerente às escolhas conscientes ou inconscientes que elege durante a produção jornalística), mas como imperativo moral, que leva o jornalista a seguir determinados procedimentos de forma a garantir que o seu texto, foi perante todos os obstáculos, o mais correcto possível (Rosa, 2006:34).”

Concluí-se assim que, ao longo das décadas o mito da objectividade desvaneceu-se e por isso todo o jornalismo pressupõem em si mesmo um acto de subjectivismo.

Muitas das vezes ao conceito de objectividade associa-se a noção de imparcialidade e autonomia (ou neutralidade), mas “a imparcialidade sugere pontos de vista conflituosos apresentados de forma rigorosa e justa. Por isso, um relato objectivo pode não ser necessariamente neutro (Rosa, 2006:38) ”.

## 2.3 Limites da objectividade

Denis Macquail na sua obra “Teoria da Comunicação de Massas”, apesar de considerar a objectividade “crucial no conjunto de interacções normativas que se desenvolvem entre os media e os ambientes em que operam” (McQuail, 2003:172) alerta para as:

*“( . . . ) dificuldades potenciais. Em especial pela incerteza sobre o que constitui um manancial relevante de informação e a própria natureza da “objectividade”. Mais graves são as possíveis incompatibilidades com reivindicações sobre a liberdade (que não distingue entre expressão “verdadeira” ou “falsa”) e diversidade (que enfatiza a multiplicidade e a variedade da realidade) dos media. Podemos também notar que são esses critérios são mais apropriados para a totalidade da informação dos media numa sociedade do que para um dado canal ou sector.*

*As próprias audiências não esperam de forma idêntica de todos os media que lhes apresentem informação objectiva e completa em tópicos “sérios”. A objectividade está longe de ser unanimemente olhada como necessária, virtuosa ou mesmo possível de atingir.” (McQuail, 2003:177)*

Mas há alguns efeitos desinformativos e de consequências negativas para os jornalistas e para a sociedade em geral se se actuar com esse objectivismo peculiar. Gabriel Galdón Lopez, na sua obra “Desinformação e limites da informação” (2003) identifica sete efeitos desinformativos da objectividade:

a) Uma visão parcial e superficial da realidade

*“a “tendência moderna é de tomar consciência apenas das coisas visíveis, esquecendo aquelas que sendo invisíveis são as que tornam possível e sustentam o que vemos. Se a isto acrescentarmos que, segundo a máxima atribuída a Heraclito, “os homens não são capazes de tomar junto o que sempre está junto”, a parcialidade (entendida no seu primitivo sentido de tomar a parte pelo todo) e a superficialidade podem parecer inevitáveis.” (Lopez, 2003:28)*

b) Uma acumulação de actos sem sentido, redundantes, homogêneos, trivializados e fragmentados

Os dados não fazem sentido se forem considerados simples factos “vagabundos”: têm de receber uma configuração adequada para que façam sentido racional e vital na pessoa do destinatário”; ou juntamente com a ideia de que os factos longe de merecerem a adoração própria do sagrado, merecem ser explicados avaliados de acordo com a razão, afim de a informação em demasia não ser tão prejudicial como a ausência da mesma. Há ainda outros efeitos desinformativos, entre os quais se destaca a redundância, a homogeneização e fragmentação da realidade. O esquema dos seis ww e a pirâmide invertida é por si só redundante, até porque a simples observação crítica do conteúdo habitual dos meios de comunicação social leva-nos à conclusão de que os media são um “ inventário de notícias curtas e com pouco interesse, reproduzidas por clonagem noutros meios e abundantemente repetidas hora a hora dia a dia” (Lopez, 2003:32).

c) Uma idolatria da actualidade

Com a forte incidência dos factores tecnológicos, há uma tendência para que se sacrifique a verdade e a reflexão sobre os interesses em jogo em detrimento da actualidade.

d) Uma visão artificial da realidade

“É impossível dar uma visão natural e real da realidade, e o que não é natural é artificial”. Ainda segundo as ideias apresentadas por Galdon Lopez em “Desinformação e os limites da informação”, há uma visão aborrecida, superficial, fragmentada e sem significado da realidade que não satisfaz a ânsia legítima de saber da audiência. É o caso dos acontecimentos científicos que são apresentados a “a partir de um preconceito de admiração, onde a ciência é vista como algo divino e da dependência dos informadores no que diz respeito às fontes torna as notícias científicas demasiadamente homogêneas e redundantes”.

e) Omissão do essencial

A omissão está relacionada com o excesso de informação e consecutivamente a necessidade de selecção. Selecção essa muitas vezes segundo critérios que não reflectem a realidade, até porque “os media não são apenas um espelho da realidade possível”. Segundo Galdon Lopez “quando se faz um relato neutro asséptico dos factos actuais que são notícia omite-se:

- O relato das coisas invisíveis: paixões humanas, desejos, ideias nobres;
- O contexto e antecedentes históricos e temporais, impedindo uma visão global, completa, mais ou menos integra da realidade
- A relação das consequências sociais previsíveis ou já constatadas das ideias, projectos e acontecimentos
- A verificação critica
- A informação sobre pessoas, grupos sociais, instituições, classes, etc., que não tem meios para se fazerem ouvir, produzindo-se uma espiral de silêncio sobre os valores e temas que os poderes dominantes querem silenciar

- O relato das investigações de grande alcance, profundas e rigorosas, sobre o estado da questão dos principais problemas sociais e sobre as suas possíveis soluções
- O fornecimento de dados pertinentes – económicos, de relações. Ideológicos – da própria empresa jornalística, das pessoas e fontes que emitem a informação fornecida” (Lopez, 2003:45-46).

f) Sacralização da opinião

“A insubstancialidade informativa do jornalismo objectivista leva necessariamente a uma sacralização da opinião. E não exactamente a de uma opinião publica livre e razoável mas a de uma opinião dirigida e imposta por uns quantos que detêm o poder” (Lopez, 2003:49).

## 2.4 A subjectividade como algo inevitável

Conforme verificamos anteriormente a partir dos anos 20 e 30, a objectividade passou a ser entendida como um ideal em relação à realidade da subjectividade do próprio jornalista, precisamente porque esta começa a ser vista como algo inevitável. Assim, a objectividade consiste no facto de que as declarações de uma pessoa sobre o mundo podem ser confiáveis, se submetidas a regras estabelecidas, legitimadas por uma comunidade profissional. É aquilo a que a socióloga norte-americana Gaye Tuchman apelida de “ritual estratégico” da objectividade, ou seja, um conjunto de preceitos e de metodologias que acabam por funcionar como uma espécie de capa protectora do jornalista em relação às críticas exteriores relativas à sua profissão. Na sua obra “Making News”, publicada em 1978, G. Tuchman sustenta que, sem ambiguidades, que é a ideologia que faz com que ocorrências irrompam no campo da informação, enquanto outras são repelidas para fora desse campo.

Pelo que se pode afirmar, e segundo palavras de João Aldeia num dos seus artigos de opinião publicados no provedor do leitor do portal “Setúbal online”, a informação deve ser objectiva mas, sendo feita por pessoas e para pessoas, não pode fugir de algum grau de subjectivismo.

*“Dito de outra forma: a informação deve reflectir a realidade, mas a realidade é demasiadamente complexa para ser in-*



*tegralmente reflectida numa notícia, pelo que é necessário seleccionar: entre tudo o que ocorre, é preciso seleccionar o que deve ser relatado. Mas até mesmo os temas ou acontecimentos que se escolhem para relatar são demasiadamente complexos, pelo que, para cada um, é necessário seleccionar os aspectos considerados mais importantes. No caso de haver muitos intervenientes, é necessário seleccionar os protagonistas junto de quem se deve recolher informações, e ainda, entre estes, quais os escolhidos para destacar, nomeadamente na transcrição das suas palavras em discurso directo.”*

O problema do subjectivismo, que contamina um acto que se desejaria que fosse puramente objectivo, não é exclusivo da informação jornalística: é também um problema da actividade científica, por exemplo.

Um dos autores que tratou este tema, Daniel Cornu, (1999:319), salienta vários aspectos da actividade científica que podem fazer luz sobre a actividade informativa do jornal.

*“Por um lado, o cientista (e também o jornalista) não deve esconder a sua relação com os valores, para não enganar o público. É interessante que nas televisões americanas está a verificar-se um ascendente de programas noticiosos em que os jornalistas, ao mesmo tempo que noticiam os eventos, divulgam a sua valorização pessoal acerca dos mesmos eventos. Há quem saliente que esta tendência decorre apenas da ditadura das audiências: estes jornalistas, normalmente estrelas dos media, dão uma forte conotação emocional aos seus relatos, atraindo a simpatia das audiências pelo lado emocional, o que leva os gestores das empresas de comunicação a dar-lhes mais “tempo de antena”. Mas também se poderia argumentar que, havendo sempre uma dose de valorização pessoal na elaboração das notícias pelo jornalista, mais vale que o público saiba se ele é mais “de esquerda” ou de mais “de direita”, ou se, relativamente a um dado conflito, estão mais a favor do lado A ou do lado B.”*

Mas quando se coloca a hipótese do subjectivismo na informação, não se está a insinuar desonestidade ou preconceito dos jornalistas ou dos órgãos de informação, mas sim a chamar a atenção para a impossibilidade de um objectivismo absoluto.

*“O jornalista não é aquele sujeito exterior e distante, armado de uma independência, de uma neutralidade sem falha. Entre ele e o objecto da sua intervenção não há verdadeiro distanciamento. Nem espacial nem temporal, nem cultural, nem sociológico. Até porque como salienta Paul Ricouer “narrar é já reflectir sobre os acontecimentos narrados” (Rebelo, 2000:19).*

Por outro lado, se aceitarmos a inevitabilidade do subjectivismo, podemos cair num outro erro: o do relativismo, segundo a qual as verdades são todas relativas a um determinado contexto temporal, ou geográfico, ou social, ou ao conjunto de tudo isso, e portanto seria inútil esforçarmo-nos por eliminar esse subjectivismo.

Da mesma forma, no campo da informação, a compreensão das limitações a um total objectivismo, mesmo nas mais simples notícias, deve servir para aperfeiçoar o trabalho do jornalista, para eliminar ao máximo o subjectivismo.

Conclui-se assim que objectividade e subjectividade complementam-se, e é nesta complementaridade que nasce o jornalismo de causas. Porque o jornalismo enquanto tal não está depreendido de uma responsabilidade social, responsabilidade essa que deve ser defendida e argumentada com rigor e objectividade, segundo os critérios de Gaye Tuchman. Como afirma um antigo director do Le Monde: a objectividade pode-se reduzir apenas ao encontro de duas subjectividades: a de quem escreve com a de quem lê. (cit. Cascais, 2003:145).

Neste âmbito muitos jornalistas e redacções têm assumido causas, com exemplo mais recentemente o jornal “Expresso”, que elegeu o mês de Fevereiro como o mês do Ambiente, e durante o qual esta temática teve uma abordagem e destaque diferenciada.

# Capítulo 3

## Jornalismo de causas

*“Fazer jornalismo de causas é seguir no fio da navalha da deontologia”.*  
Adelino Gomes

Agora que já reflectimos sobre a questão da objectividade e que esta já não se coloca como um entrave ao jornalismo de causas uma vez que a ideia de objectividade jornalística é paradigmática pode-se fundamentar a existência de um jornalismo de causas. Alguns jornalistas conceituados portugueses foram entrevistados no âmbito desta monografia e todos eles concordam com a existência de um jornalismo de causas.

Para Luís Osório<sup>1</sup>, *“o jornalismo é ele próprio uma profissão que vive e se alimenta das eternas contradições do mundo. Nessa medida o mundo, enquanto território de conflito e de convicções, é para o jornalista um exercício diário de inteligência e ponderação. É por tudo isto que o jornalismo é uma profissão em que os bons e os maus se distinguem pela maneira como olham, percebem e contam sobre o que os rodeia. Continua a ser uma profissão em que os melhores intérpretes são aqueles que arriscam contar uma história que, por definição nunca é neutra. Jornalismo de causas é, por definição, um exercício de defesa de um ponto de vista em detrimento de outro”.*

Contudo alerta para o facto de “as causas não poderem ser utilizadas como instrumento político ou de influência. Esse erro tem sido

---

<sup>1</sup> Director de informação do rádio Clube Português em entrevista concedida via email no âmbito deste trabalho a 6/Novembro/2006

cometido algumas vezes e sempre com péssimos resultados para a credibilidade dos órgãos de comunicação”.

Adelino Gomes<sup>2</sup>, defende que jornalismo de causas é a defesa sistemática, através de actos jornalísticos (notícia, entrevista, reportagem bem como dos géneros opinativos), de causas sociais, políticas ou outras.

*“Mas a sua prática decorrerá sempre, por definição, no fio da navalha da deontologia. A defesa de uma causa, mesmo sistemática, não vai contra a deontologia desde que seja feita sem a violação das regras que definem o acto jornalístico. Podemos acompanhar um processo e denunciar uma situação, por exemplo de carácter político (pensemos em Timor-Leste ou na repressão de uma minoria qualquer por um Estado organizado); Dito de outra forma: só há jornalismo se houver independência. O que significa que o jornalista/jornal não pode subordinar-se a outra agenda que não seja a sua própria. Um jornalista ou um meio de comunicação que por hipótese evitasse notícias verdadeiras que eventualmente desagradassem ou fossem desfavoráveis, pelo seu conteúdo objectivo, a uma determinada entidade ou causa estaria a violar as regras básicas da profissão. Por isso é que fazer jornalismo de causas é seguir no fio da navalha da deontologia.”*

Há quem defenda que o jornalismo de causas faz parte do jornalismo moderno, no qual o jornalista tem outras funções além da transmissão de informação.

*“Longe vão os tempos em que as funções de um jornalista se limitavam às de transmitir informação concisa aos seus leitores, de uma forma objectiva e imparcial. Esses jornalistas antiquados dos velhos tempos, que primavam pela idoneidade e pelo rigor jornalístico, estão hoje completamente “demodés”. Nos tempos que correm, um bom jornalista é um jornalista de causas. É aquele, não que informa, mas sim que educa os seus leitores. Aquele que molda convenientemente o pensamento dos leitores. Aquele que manipula as opiniões dos leitores para que*

<sup>2</sup> Jornalista do jornal “Público” em entrevista dada via email no âmbito deste trabalho a 7/Novembro/2006

*estes nunca emitam opiniões moralmente incorrectas. O jornalista moderno é pois um educador das massas. Só o coração é que pode transformar o mundo e bater-se por causas...e essa é também uma tarefa do jornalismo na sua mais nobre dimensão social. Assim, onde há causas pode haver jornalismo e há jornalismo desde que o jornalista não perca a noção das coisas: não deixe de ver, de ouvir, de escutar, de observar, de medir, de julgar, de escolher... de ajuizar... e as causas não impedem isso: exigem-no<sup>3</sup>.*

Opinião igualmente defendida pelo jornalista Ricardo Garcia<sup>4</sup>: “o jornalismo é sempre de causas. Há uma série de valores essenciais - como a democracia, a justiça social, os direitos humanos, entre outros - que balizam o dia-a-dia do jornalismo. São causas comuns a toda a sociedade, e também ao jornalismo. Vejo que, em Portugal, episodicamente a comunicação social abraça uma causa.”

Fernando Sousa<sup>5</sup> defende que “há um jornalismo de causas, porque os jornalistas exercem a sua profissão num mundo de valores. A diferença entre o jornalismo e a mera comunicação social pode bem passar por aí”.

Já o Conselho deontológico define jornalismo de causas como aquele:

*“que toma como referência entre outras coisas os direitos, liberdades e garantias do ser humano, pela simples circunstância de o ser, mais o ambiente em que ele nasce, vive e morre, em qualquer parte do mundo, da simples escolha dos factos à sua apresentação. É o que reconhece uma alma à profissão. O próprio jornalismo de causas, se sério, não pode dispensar este pressuposto: podem os órgãos de informação ter um papel relevante na escolha da agenda; mas não lhes é permitido viciar a produção de informação de modo a impedir o ajuizamento livre e sereno por parte do público”<sup>6</sup>.*

<sup>3</sup> in- <http://politicaxix.blogs.sapo.pt/arquivo/1031076.html>- consultado a 20/nov/2006

<sup>4</sup> Jornalista do jornal “Público”, em entrevista concedida via email, no âmbito deste trabalho, a 24 de Novembro de 2006

<sup>5</sup> Jornalista do jornal “Público”, entrevistado no âmbito desta monografia via email a 5 de Dezembro de 2006

<sup>6</sup> Conselho deontológico em comunicado presente em [www.jornalsitas.online.pt](http://www.jornalsitas.online.pt) de 16 de Novembro de 2006

Fernando Sousa defende ainda que: *“Os valores éticos e deontológicos remetem para causas ou são instrumento delas. O jornalista não está obrigado à neutralidade quando estão em causa valores fundamentais da vida em sociedade, por exemplo os relativos aos direitos humanos, desde logo os contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. O profissional também não é neutral em conflitos entre liberdade e escravidão, compaixão e crueldade, tolerância e intolerância, democracia e ditadura, livre informação e censura, paz e guerra.”* Algo também referido no livro de Estilo do jornal “Público”, quarta alínea dos princípios e normas de conduta profissional.

Mas ainda quem alerte para os perigos do Jornalismo de Causas cair numa forma propagandística. É caso de José António Saraiva<sup>7</sup> que defende que :

*“(.. )o jornalismo tem que ser feito de forma isenta, independente, têm que ter aderência à realidade e por isso não pode estar a tentar condicionar a realidade, às vezes até a tentar liderar a realidade como pretendem certos jornalistas. Mas acho que as causas são possíveis nos jornais, ou seja podem ter, como o “Sol” têm rubricas de solidariedade, onde apresentamos todas as semanas o exemplo positivo de uma organização não governamental (ONG) que pratica solidariedade social. Mas neste caso o apelo às causas é feito através de um colunista que tem uma posição ética superior, uma vez que apela a valores superiores. Mas isso são coisas que um jornal pode albergar. O jornal enquanto instituição não se deve transformar no veículo de determinadas causas, por que com isso corríamos o risco de tornar o jornalismo em propaganda. E ambos têm que estar bem distintos porque, às tantas achamos legítimo defender o comunismo ou o fascismo se os virmos como causas. Deve haver uma separação jornal instituição e as causas o que não significa que o jornal no seu interior não possa albergar causas de natureza diferente, enfim de alcance social.”*

Alertando ainda que o jornalismo de causas não deve cair na variante política porque aí *“tornava as pessoas permeáveis à realidade. No*

<sup>7</sup> Director do jornal “Sol”, em entrevista dada, no âmbito deste trabalho, a 21 de Novembro de 2006

*jornal é muito perigoso defender causas porque ou são causas transversais como é a causa do ambiente, mas se são causas no plano político aí vamos cair na defesa de uma ideologia, e aí não estaríamos a fazer jornalismo estaríamos a fazer propaganda. Estaríamos a deturpar aquilo que é a grande força do jornalismo que é a capacidade de olhar para a realidade e depois trazer as coisas à pessoa, é o descobrir a notícia. Se formos veículo de uma causa às tantas estamos a trabalhar de dentro para fora e não de fora para dentro como deveria ser a atitude salutar no jornalismo.”*

Pode-se assim afirmar haver muitas razões para explicar o domínio do jornalismo de causas em Portugal. “Ele é favorecido pela relativa homogeneidade política das redacções - muito mais à esquerda do que a sociedade portuguesa -, por uma estrutura de controlo de qualidade, de "edição", muito frágil ou inexistente, pela falta de cultura geral necessária para escrever sobre política, falta de noções de história e de filosofia política básicas. Mas é acima de tudo justificado pela vontade, que se verifica ser muito mais motivadora do que a de se ser, pura e simplesmente, bom jornalista, de substituir as regras do jornalismo pela intervenção política<sup>8</sup>”.

O jornalismo anglo-saxónico, por exemplo, não tem receio de assumir posição sobre as eleições políticas. Os grandes jornais (New York Times ou Washington Post, por exemplo) têm com os seus leitores uma relação totalmente clara. “Porque apesar dos limites éticos, é importante que o jornalista não deixe que estes lhe silenciem o direito que qualquer cidadão tem: o de se indignar e denunciar”<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> in- <http://politicaxix.blogs.sapo.pt/arquivo/1031076.html>- consultado a 20/nov/2006

<sup>9</sup> jornalista e escritor Armando Baptista-Bastos in <http://glossariodasimpertinencias.blogspot.com/> consultado a 21 de Novembro de 2006





## **Parte II**



Após a reflexão anterior sobre o jornalismo de causas há a necessidade de observar se certas conclusões teóricas se verificam também na prática para isso recorreu-se à análise de conteúdo de alguns meios de imprensa portuguesa, afim de aferir a existência ou não de um jornalismo de causas. Mas devido à extensa quantidade de artigos publicados optou-se por restringir a análise aos artigos que abordavam a temática ambientalista uma vez que se considera este tema um exemplo de jornalismo de causas. Esta consideração é também defendida por muitos dos profissionais na área de comunicação social entrevistados no âmbito desta monografia.

Para Luís Osório<sup>10</sup> “a preocupação pelo ambiente tornou-se uma das questões mais fundamentais e incontornáveis. Neste momento, o planeta está em risco e isso transforma a defesa do ambiente numa questão central obrigatória. É um assunto de interesse público”. Ideia partilhada também por José António Saraiva<sup>11</sup> : “ O ambiente pode ser entendido como uma causa porque é cada vez mais uma preocupação; os jornalistas no que refere à preocupação devem ter a capacidade de antecipar o futuro, os problemas que aí vêm. Quer a nível da nossa sobrevivência, quer do nosso bem-estar e obviamente da preservação do planeta e nessa medida é fundamental, os jornalistas darem cada vez mais importância ao ambiente.”

---

<sup>10</sup> Jornalista do jornal “Público” em entrevista dada via email no âmbito deste trabalho a 7/Novembro/2006

<sup>11</sup> Director do jornal semanário “Sol”, em entrevista dada, no âmbito deste trabalho, a 21 de Novembro de 2006



# Capítulo 4

## Metodologia

O âmbito temporal da investigação foi estabelecido de forma arbitrária (embora tenha sido considerado que o período seleccionado seria mais representativo, uma vez que é a época do ano mais propícia à abordagem de assunto relacionados com o ambiente, face ao início da primavera e período pré-fogos florestais) aos meses de Abril, Maio e Junho, de 2006 isto é ao segundo trimestre. Afim de obter uma análise o mais representativa possível da imprensa portuguesa limitamos a investigação a uma amostragem constituída pelos artigos publicados em dois jornais diários, “Diário de Notícias” (DN) e “Correio da Manhã”, num semanário, “Expresso”, e numa revista semanal, “Visão”, “considerados entre os periódicos generalistas, os mais relevantes meios jornalísticos impressos de referência em Portugal em vários estudos”(Sousa, 2004:44) . A opção pelo “Diário de Notícias” baseou-se no facto de ser um jornal diário de referência que embora não seja o que tem maior índice de leitura comparativamente ao jornal “Público” (ver tabela abaixo) é entre os jornais de referência o que é publicado há mais tempo<sup>1</sup>. Entre os jornais populares/tabloides optou-se pelo Correio da Manhã pelo seu elevado índice de leitura.

---

<sup>1</sup> o jornal de noticias não foi considerado devido ao facto de não ser consumido de forme uniforme por todo o país

**Tabela I**  
**Evolução Trimestral da Audiência Média de Publicações Diárias Especializadas**

	<b>Jan/Mar 05 (%)</b>
<b>Jornais Diários de Informação Geral</b>	
Jornal de Notícias	11,8
Correio da Manhã	9,4
Público	5,0
Diário de Notícias	3,4
24 Horas	3,3
<b>Base (000)</b>	<b>8311</b>

**Tabela II**  
**Evolução Trimestral da Audiência Média de Publicações E semanais especializadas**

	<b>Jan/Mar 05 (%)</b>
<b>Jornais e Revistas semanais de informação geral</b>	
Expresso	7,6
O Independente	1,4
Tal & Qual	1,1
Visão	7,5
Sábado	2,1
Focu	2,1
<b>Base (000)</b>	<b>8311</b>

Markttest BASE: Indivíduos com 15 e mais anos, residentes em Portugal Continental - 8311409(Universo actualizado no 1º trimestre de 2003, com base nos Censos 2001 do I.N.E.) NOTA: Neste quadro, apenas são apresentados resultados das publicações referenciadas por um mínimo de 30 entrevistados, no conjunto das 5077 entrevistas realizadas no trimestre.

Tabela III

IMPrensa DE EXPANSÃO NACIONAL Média da Circulação Total por Edição (vendas + assinaturas + ofertas) 2005	
Títulos	Circulação
<b>Diários de informação geral</b>	
Correio da Manhã	118.254
Jornal de Notícias	98.637
24 Horas	51.181
Público	50.701
Diário de Notícias	37.909
<b>Semanários de informação geral (jornais e revistas)</b>	
Expresso	128.168
Visão	99.683
Sábado	50.918
Focus	22.500
Tal & Qual	17.394
O Independente	12.348
Courier Internacional	8.780
<b>Diários económicos</b>	
Diário Económico	13.557
Jornal de Negócios	8.890
<b>Diários desportivos</b>	
Record	86.964
O Jogo	44.878

Fonte: Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação

Conforme podemos ver pelas tabelas acima apresentadas, houve o cuidado de seleccionar os meios de comunicação com maior índice de leitura tendo em conta os índices de tiragens e os valores de audiência

Especialmente, a pesquisa limitou-se aos cadernos principais dos jornais em causa, não sendo levados em conta os suplementos, mesmo os regulares.

Como unidade de análise optou-se pelas peças jornalísticas subordinadas ao tema do ambiente

## 4.1 Análise de conteúdo

Análise de conteúdo é um método de investigação que implica o recurso a uma “técnica para a descrição sistemática, quantitativa e objectiva dos

textos mediáticos, útil para certas finalidades de classificação da produção, procura de feitos e de comparações entre os media, ao longo do tempo ou entre o conteúdo e a “realidade” ” (Mcquail, 2003:497). Uma definição que se encaixa na definida por Berleson como “técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Mcquail, 2003:394). Esta técnica incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, relatórios entre outros textos. Esta técnica quando aplicada às ciências sociais permite tratar de forma metódica não tendo como objectivo compreender o funcionamento da linguagem (Quivy, 2005:226). A análise de conteúdo é elaborada segundo dois métodos: método quantitativo e qualitativo. “Os primeiros seriam extensivos (análise de um grande número de informações sumárias) e teriam como informação base a frequência do aparecimento de certas características de conteúdo e correlação entre elas. Os segundos seriam intensivos (análise de um pequeno número de informações complexas e pormenorizadas) e teriam como informação de base a presença ou ausência de uma característica ou modo segundo o qual os elementos do “discurso” estão articulados uns com os outros”.

Desta forma a análise de conteúdo vai nos permitir ter uma ideia quantificada mas também qualificativa acerca da forma como o tema do ambiente é abordado pela imprensa nacional, assim como a forma de tratamento da informação, e se há ou não uma linguagem subjectiva demonstrando a tendência do jornalista e se este emite juízos de valor tomando uma posição de defesa da causa do ambiente.

#### 4.1.1 Análise quantitativa

Esta análise visa obter uma imagem quantitativa dos artigos que respeitam os parâmetros acima enunciados. Os dados obtidos serão organizados segundo os seguintes parâmetros:

**Género jornalístico:** Notícia, reportagem, entrevista, breve, artigo opinião (definições em glossário);

**Secção:** neste parâmetro pretende-se analisar a distribuição das notícias em análise pelas diferentes secções dos jornais: Local (aqui engloba-se também a secção Cidades do DN), Sociedade, Política, Economia, e



especial, porque houve algumas publicações que a par das secções habituais criam esporadicamente outras onde abordam um tema;

**Tema:** à medida que foi feita a selecção das notícias conclui-se que havia alguns temas mais abordados, pelo que foi pré definido que as notícias em análise seriam divididas segundo os temas seguintes: incêndios florestais, biodiversidade (englobando-se aqui a fauna e flora), ordenamento do território;

**Espaço ocupado:** neste parâmetro tendo em conta uma pré-análise, os critérios serão: página, meia página e quarto de página;

**Assinatura:** se os textos estão ou não assinados, uma vez que a existência desta denota a assunção das responsabilidades;

**Ilustração:** a existência ou não de fotografia ou infografia porque esta é o principal meio de comunicação não verbal;

**Nível de adjectivação:** As notícias serão ainda classificadas em positiva, negativa, neutra.

#### 4.1.2 Análise qualitativa

A análise de conteúdo está intrinsecamente ligada à qualificação, embora não se deva excluir a quantificação dos referentes. As qualidades não quantificáveis devem ser então o principal objecto de análise. Para isso foram seleccionados, excertos representativos das notícias publicadas em análise. A amostra seleccionada teve como critério de selecção ser representativa dos quatro meios em análise e das notícias sobre ambiente por eles publicadas, assim como se há uma tomada de posição face à causa ambientalista, mas todas elas ocupando uma página ou mais. Esta selecção é necessária face à expansividade do universo em análise cerca de 50 notícias que dificultava em muito a análise qualitativa, mas houve a tentativa de além de os quatro meios estarem representados, também haja representatividade temporal pelo que há uma notícia de cada mês de análise, nos quatro meios. “As abordagens qualitativas tendem a deter-se em pormenores que prolongam a análise no tempo e no espaço, o que torna impraticável a sua aplicação em grande escala” (Sousa. J.P, 2004:64).

Nesta análise teremos em conta se a linguagem é complexa ou simples, se há uma tomada de posição face ao tema, a emotividade dos títulos, e principalmente o grau de subjectividade de forma a conseguir

mos responder à questão: “É o ambiente um exemplo de jornalismo de causas?”.

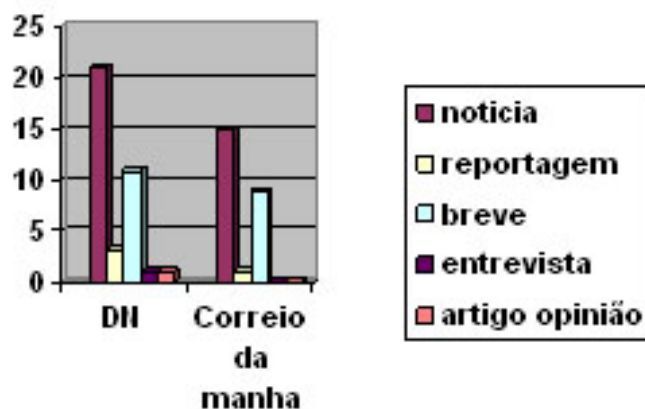
Nesta análise foi tomado em conta quais as fontes das notícias se são oficiais ou não e se estão ou não identificadas afim de sabermos quem define a agenda e se a abordagem deste tema é ou não uma iniciativa do jornalista por o considerarmos relevante para a questão em análise uma vez que o que se pretende analisar é a forma como o tema é abordado e tratado e não a relação existente com as fontes se existe ou não recurso sistemático a essas fontes o que poderia revelar tendência editoriais.

# Capítulo 5

## Análise de dados

### Análise quantitativa da imprensa da imprensa diária

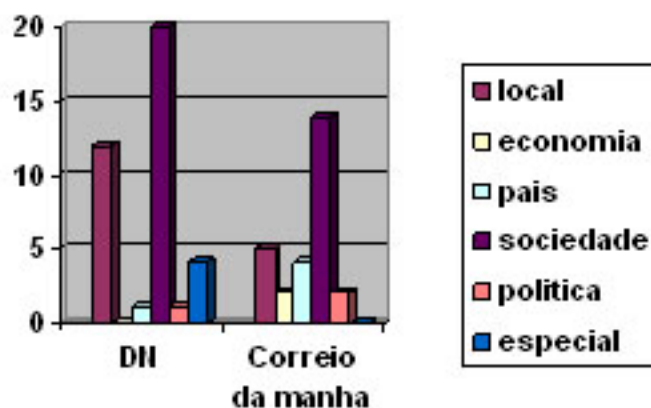
Gráfico I- género jornalístico



A notícia foi o género jornalístico mais escolhido, tanto pelo DN como pelo Correio da Manhã, o que denota uma tendência para a actualidade e para uma abordagem directa, clara e concisa dos factos. Observa-se ainda que há um cuidado em organizar a informação segundo a técnica da pirâmide invertida o que permite ao leitor identificar de imediato o tema e as informações principais: quem, o que, quando, onde como, através da estrutura da notícia: título, lead e corpo da notícia. Sendo a breve uma notícia mais pequena, o gráfico só reforça a ideia acima referida. Contudo o DN elabora um número superior de

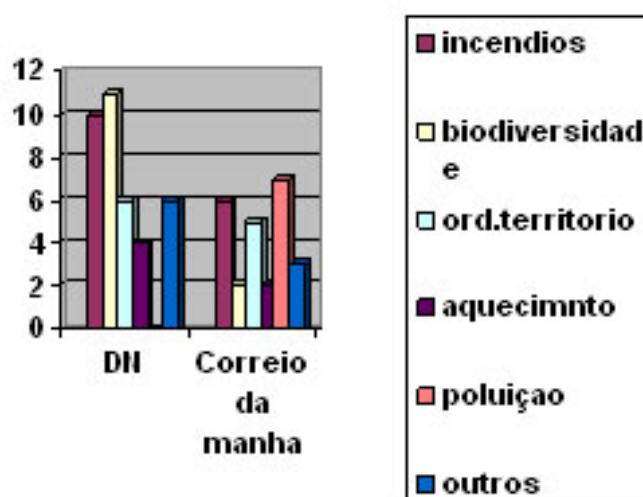
reportagens comparativamente ao Correio da Manhã, o que demonstra uma tendência editorial para aprofundar mais e permitir uma maior liberdade na forma como o jornalista aborda o tema, e estrutura o texto. Este é meio que também apresenta artigos de opinião e entrevista, o que significa que há uma preocupação para diversificar o género jornalístico de modo a dar ao leitor vários pontos de vista e informação estruturada de forma diferente, o que poderá ser mais atractivo.

**Gráfico II- Secção**



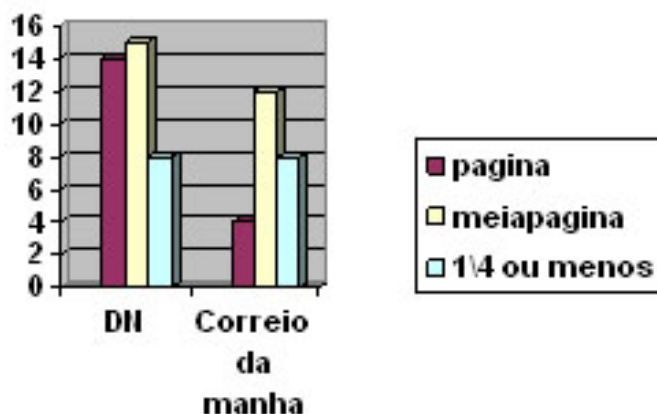
Sociedade é claramente a secção que mais aborda a questão ambiental em ambos os diários. Esta tendência deve-se não só ao facto de esta ser uma secção um pouco mais abrangente, mas como se pode depreender que o ambiente é um assunto que pode englobar diversos subtemas que tem um cariz social muito forte, pelo que se conclui que este é um assunto muito importante.

Gráfico III – Tema



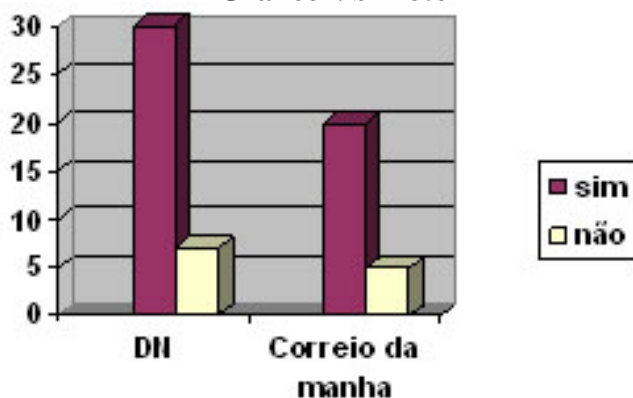
Na análise deste item à uma diferença notória entre os dois diários. Embora ambos abordem as diversas temáticas o que demonstra uma preocupação editorial por abordar as diferentes variáveis da temática ambientalista. Contudo o DN tem uma posição editorial mais preventiva e de alerta social para com a fauna e a flora os cuidados a nível da preservação de espécies, e o Correio da manhã enquanto jornal de cariz mais popular tem uma preferência editorial pela poluição e pelos incêndios porque são temas mais populares ou que implicam um grande factor humano, enquadrando-se assim no perfil do jornal. Contudo é de salientar que ambos têm uma preocupação na abordagem dos temas relacionados com o ambiente, o que de certa forma pode vir a ser um indicador de defesa da causa ambientalista.

Gráfico IV - Espaço ocupado



Através do gráfico acima representado podemos deduzir que em ambos os diários o relevo dado aos acontecimentos sobre o ambiente é bastante grande, tendo estes a nível de paginação bastante destaque, uma vez que a maioria dos textos publicados ocupavam meia página. Inclusive o DN quase equivale página e meia página, demonstrando mais uma vez o ênfase que dão tema.

Gráfico Vb- Foto



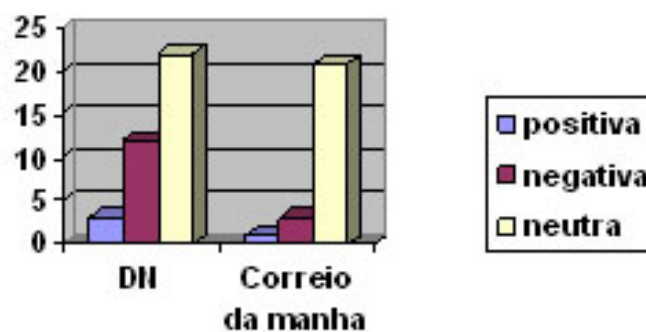
O facto de mais de 50% dos textos em análise terem fotos ou serem acompanhados por infografias demonstra que há uma preocupação em chamar a atenção do leitor, assim como explicar através de gráficos e outras infografias a questão abordada de modo a ser explícita para o leitor, mesmo que este não leia o texto na sua totalidade.

Gráfico VI – Assinatura



O facto de uma forte percentagem dos textos serem assinados mostra o cuidado em assumir determinadas posições, além da credibilização da informação dada, mas acima de tudo demonstra que pode estar a haver uma tendência para certos jornalistas escreverem sobre determinado assunto, quase que se especializando naquela área. Havendo uma espécie de lealdade ao tema. Essa lealdade pode ser um indício de defesa dessa causa.

Gráfico VII – nível de neutralidade

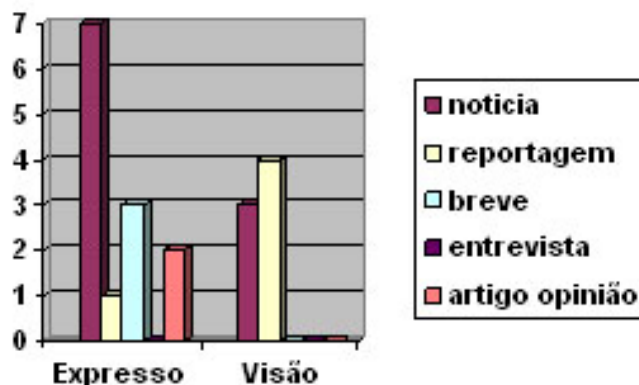


A neutralidade na abordagem do tema demonstra o rigor do jornalista e a sua isenção, mas também é observável que há uma tendência para uma abordagem negativa do tema, isto demonstra uma tomada de posição, e acima de tudo a indignação, assim como a presença de alguma subjectividade no tratamento da informação através de um discurso valorativo. Esta questão será aprofundada na análise qualitativa, onde se comprova a subjectividade através do recurso a linguagem su-

gestiva. Podemos dar como exemplo o seguinte excerto retirado do DN publicado a 26 de Maio de 2006: “Seja responsabilidade do metropolitano, da APL ou da autarquia o que importa saber é até quando o antigo Cais das Colunas estará transformado num depósito de detritos e que consequências há para o rio de Lisboa”.

### Análise quantitativa da imprensa da imprensa semanal

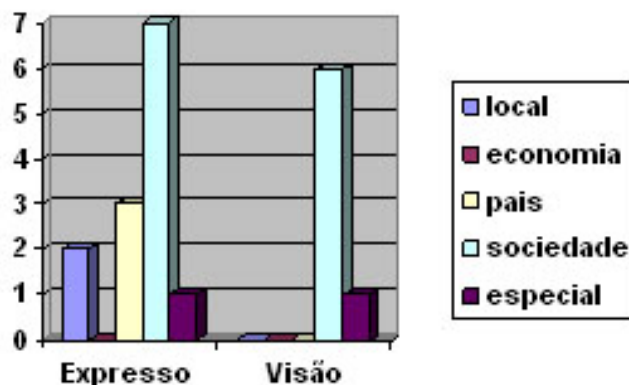
Gráfico VIII – Género



Comparativamente à imprensa diária analisada a imprensa semanal demonstra um comportamento semelhante. Relativamente ao Expresso a maioria dos textos publicados é notícias demonstrando clareza e simplicidade. Contudo a revista “Visão” publicou mais reportagens sobre a temática ambientalista o que demonstra uma preferência editorial por abordar o tema de forma aprofundada uma vez que este género apresenta uma estrutura diferenciada da notícia, tratando o tema exaustivamente, segundo o ponto de vista adoptado, e em profundidade através de uma linguagem apelativa de modo a aproximar o leitor do acontecimento.

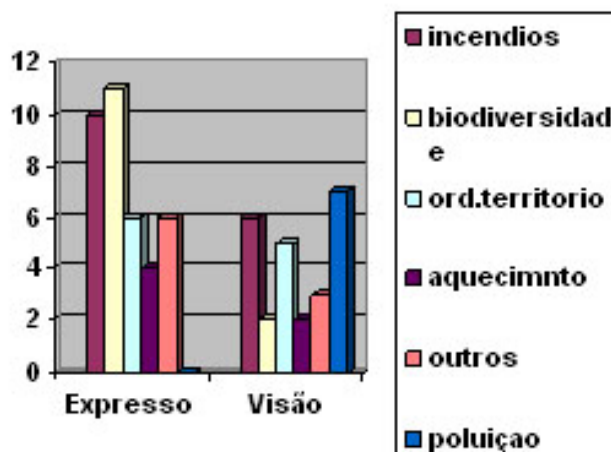


Gráfico IX – Secção

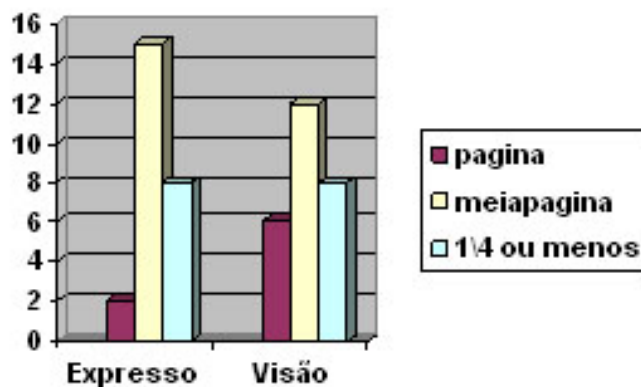


Semelhante à imprensa diária na imprensa semanal a maioria dos artigos foi publicado na secção sociedade, o que demonstra mais uma vez o cariz social e a importância da temática ambiental para a sociedade.

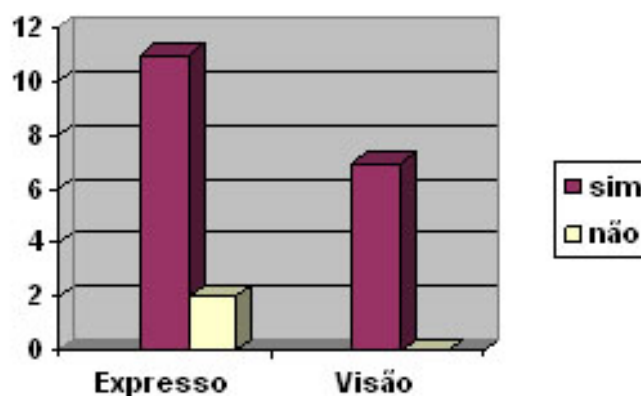
Gráfico X – Tema



A diversidade de temas abordados embora inerentes à temática ambiental, demonstra a preocupação em abordar de forma exaustiva e diversificada. Conforme indica o gráfico X os temas mais presentes são a biodiversidade e a poluição dois dos principais problemas ambientais da actualidade e que demonstra uma preocupação com um futuro sustentável.

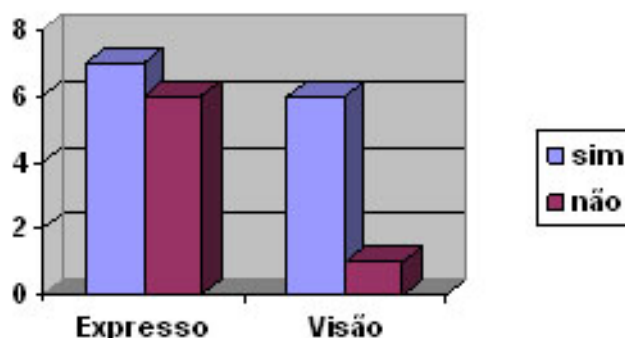
**Gráfico XI – Espaço Ocupado**

Tendo em conta que os semanários em análise têm um formato diferente dos diários e são de edição semanal é de relevo que os textos em análise ocupem mais de meia página assim como se justifica o facto de haver muitas notícias de  $\frac{1}{4}$  de página ou inferiores, sendo demonstrativo do relevo dado ao ambiente.

**Gráfico XII – Assinatura**

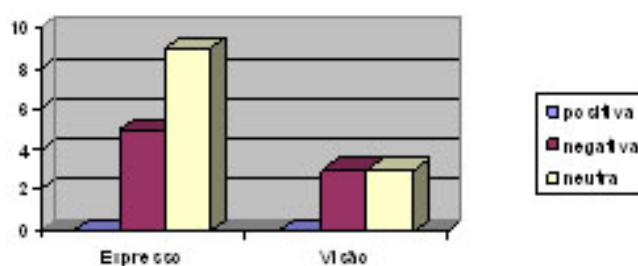
A presença de assinatura na maioria dos textos semanais analisados é representativa do assumir das responsabilidades dos conteúdos assim como das abordagens escolhidas.

**Gráfico XIII – Foto**



Comparativamente aos dados recolhidos na imprensa diária, tendo em conta o gráfico acima (gráfico XIII), também a imprensa semanal acompanha os seus artigos de fotografias ou infografias, numa tentativa de ilustrar graficamente e comprovar as informações dadas assim como alertar o leitor, uma vez que a imagem capta mais a atenção. Na análise da imprensa semanal neste item verifica-se também que no jornal “Expresso” quase 50% dos artigos não eram acompanhados de qualquer tipo de ilustração, embora na sua maioria ocupassem meia página (ver gráfico XI), o que se justifica por razões gráficas editoriais, uma vez que este jornal tem um formato diferente.

**Gráfico XIV – Nível de adjectividade**



A neutralidade é de facto um valor subjacente aos artigos analisados mas verifica-se uma tendência para a negatividade, inclusivamente neste aspecto a Visão está em equilíbrio o que revela uma subjectividade nos textos e a negatividade usada de forma a alertar para a necessidade de

uma mudança ambiental de atitude. Este item será analisado de forma mais profunda na análise qualitativa que se segue.

### Análise qualitativa

Tabela IV – Análise qualitativa do Diário de Notícias

Fonte e Data	Género jornalístico	Assinatura	Fonte	Título	Excerto
DN 11 .Abril. 2006	Reportagem	Rita carvalho	Fontes oficiais: "dados apresentados ontem pelo Instituto do Ambiente"	Quatro milhões de portugueses sem tratamentos de esgotos	<p>“Erosão Costeira, incêndios florestais, alterações ao uso do solo e áreas protegidas são indicadores com uma tendência desfavorável e que fazem do <b>capítulo do território mais negativo</b>”</p> <p>“os incêndios florestais <b>ajudam a manchar o estado da nação</b> em termos ambientais</p> <p>“As áreas protegidas, <b>teoricamente</b> alvo de ordenamento especial com vista à preservação, <b>não estão a cumprir a sua missão.</b>”</p>

DN 9. Maio. 2006	Notícia	Lilia Bernardes	Fonte não oficial: Reserva natural das Ilhas desertas	Foca monge ferida nas ilhas Desertas	“Portugal associa-se ao projecto de preservação das focas e desenvolve trabalhos de <b>sucesso</b> ”
DN 26. Maio. 2006	Notícia	_____	Fonte não oficial: Quercus	Águas poluídas no Terreiro do paço invadem antigo Cais das Colunas	“ <b>Seja</b> responsabilidade do metropolitano, da APL ou da autarquia o que <b>importa saber</b> é até quando o antigo Cais das Colunas <b>estará</b> transformado num depósito de detritos e que consequências há para o rio de Lisboa”
DN 26 Maio 2006	Reportagem	_____	Fonte não oficial: “a denúncia partiu da Quercus	Esgotos inundam o Tejo a partir do porto de Lisboa	Na frente Ribeirinha de Lisboa, os esgotos <b>estirão</b> a correr para o Tejo <b>sem qualquer tipo</b> de tratamento “ “o certo é que ninguém controla a rede de esgotos na área da APL” “ <b>o perigo é incalculável</b> ” “para ter uma ideia do número de saídas de esgotos construídos”

DN 29 Maio 2006	Notícia	Rita Car- valho	Estudo do insti- tuto do ambiente	Área cons- truída no País cresceu 42% em 15 anos	<p>“<b>O reverso da medalha</b> é visível em ambos os lados: as zonas rurais foram abandonadas e a desertificação humana é difícil de contrariar. Por outro lado, espaços desordenados e degradados <b>roubaram</b> superfície a zonas agrícolas e vão crescendo em torno das cidades”</p> <p>“<b>Mas o grave</b> é que, devido à prestação turística, o aparecimento de inúmeros empreendimentos turísticos <b>se deu à custa da delapidação</b> do património natural”</p>
DN 28. Junho 2006	Notícia	Rita Car- valho	Livro “Portu- gal: o verme- lho e o negro”	Um quinto da floresta desapa- receu em 10 anos	<p>“...os <b>violentos</b> incêndios dos últimos anos alteraram <b>drasticamente</b> este panorama”</p> <p>“A <b>violência com que o fogo tem devorado a nossa floresta</b>”</p> <p>“Uma <b>razia</b> que, deixa <b>fortes motivos de preocupação</b> e não <b>augura</b> boas notícias para o desenvolvimento sustentável do espaço florestal”</p>

Nos excertos seleccionados encontramos exemplos claros de uma linguagem sugestiva transmitida por adjectivos - negativo, incalculável, grave, violentos - e advérbios como: teoricamente e drasticamente que não só reforçam e intensificam ideias mas acima de tudo traduzem subjectividade, intencionalidade. Também por verbos conjugados no imperfeito e no futuro que transmitem uma pessoalidade. Mas principalmente através de expressões como: “não estão a cumprir a sua missão”; “ajudam a manchar o estado da nação”; “se deu à custa da delapidação do património natural”, que claramente traduzem a presença de juízos de valor, opinião e acima de tudo a defesa de algo, tentando chamar a atenção para alguns aspectos e valorizar outros: “Portugal associa-se a casos de sucesso”. Denota-se sobretudo uma atitude pedagógica e de consciencialização do leitor (“não augura boas notícias”).

Marcadores de expressividade igualmente presentes também nos títulos: “Águas poluídas no Terreiro do paço invadem antigo Cais”; “Esgotos inundam o Tejo”. Há também o recurso a diversas figuras de estilo como metáforas, comparações, hipérbolos e diversas expressões idiomáticas: “A violência com que o fogo tem devorado a nossa floresta”; “Uma razia”; “se deu à custa da delapidação do património natural”, “O reverso da medalha”; “ajudam a manchar o estado da nação”.

Relativamente às fontes há o recurso tanto a fontes oficiais como não oficiais mas destaca-se que há uma iniciativa editorial em abordar as temáticas, divulgando estudos, livros, não se restringindo à agenda assim como o recurso a 3 instituições ambientalistas destacando-se a Quercus. Ainda nesta área é de referir que na sua maioria os textos foram escritos pela mesma jornalista, pelo que se pode presumir uma identificação com o tema assim como na forma como este é abordado, já que é notável uma estrutura semelhante onde a jornalista tenta chamar a atenção para determinados aspectos, além do recurso a uma linguagem fortemente incisiva.

Tabela V – Análise qualitativa do Correio da Manhã

Fonte e data	Género jornalístico	Assinatura	Fonte	Título	Excerto
Correio da Manhã 21 Abril 2006	Notícia	Alexandre M. Silva	Fonte não oficial: “Manuel Nunes, um dos queixosos”	Câmara despeja fossas a céu aberto	“Os resíduos das fossas sépticas das habitações de Penedos, Mértola, <b>estão a ser despejados ilegalmente</b> por funcionários da autarquia num terreno baldio” “Este <b>atentado ambiental</b> foi detectado no início da semana”



Correio da Manhã 15 Maio 2006	Notícia	Edgar Nascimento	“relatório do Grupo de trabalho para a Elaboração do Plano Nacional de Protecção Radiológica e Segurança Nuclear”	Confusão põe vidas em risco	<p>“ <b>O Estado português tem falhado</b> na regulação do sector radiológico e nuclear ”</p> <p>“<b>A culpa é da falta de organização</b> e coordenação entre os vários organismos com competências e responsabilidades na área da protecção radiológica e segurança nuclear”</p> <p>“<b>Falta informação pública</b>, não foram transpostas directivas comunitárias, não foram atribuídas competências legais aos organismos, a legislação não foi cumprida e as entidades responsáveis não têm meios humanos, materiais nem financeiros indispensáveis”</p>
--	---------	------------------	---	-----------------------------	--

Correio da Manhã 5 Junho 2006	Notícia	André Pe- reira	Filipe Duarte, coordenador do estudo SIAM; Quercus	Costa portuguesa luta contra a maré	“os números sobre a erosão da costa em Portugal Continental <b>são assustadores e o tempo urge</b> ”
--	---------	--------------------	--	-------------------------------------	--

Nos excertos acima apresentados há claramente indícios de subjectividade que decorrem da valoração semântica do discurso, mas também de opinião ou tomada de posição até porque muitas das vezes se denota um tom de denúncia contra organismos estatais: “Falta informação pública”; “A culpa é da falta de organização e coordenação entre os vários organismos”; “O Estado português tem falhado”; “estão a ser despejados ilegalmente por funcionários da autarquia”; “Câmara despeja fossas a céu aberto”.

Os três artigos em questão são todos notícia, mas ao avaliarmos o seu conteúdo verificamos que há opinião explícita, pelo que se pode concluir que há uma mistura clara entre opinião e informação que segundo as regras da objectividade não deveria ocorrer: “o tempo urge”, os números são assustadores” “Falta informação pública, não foram transpostas directivas comunitárias, não foram atribuídas competências legais aos organismos, a legislação não foi cumprida”; “Este atentado ambiental”. O tom de crítica e denúncia estão constantemente presentes. Sente-se inclusivamente um certo tom de revolta e indignação.

Relativamente às fontes não há nenhuma fonte oficial pelo que se conclui que há uma iniciativa da redacção em procurar outras fontes e ouvi-las assim como relatórios, denotando-se um levado interesse em abordar o tema do ambiente, mesmo que este não faça parte da agenda.

Tabela VI – Análise qualitativa da “Visão”

Fonte e Data	Género jornalístico	Assinatura	Fonte	Título	Excerto
Visão 27 abril 2006	Notícia	Luís Ribeiro	Fontes oficiais: Porta voz Águas de Portugal; Associação Portuguesa de Distribuição e drenagem de águas Presidente da câmara de Tavira	A água do meu vizinho...	“Os portugueses estão a pagar pouco pela água” “Económica e ambientalmente, vender água abaixo do preço de custo, quando se devia fazer campanha pela poupança, <b>não tem qualquer sentido</b> ” “Uma das hipóteses em estudo é ter o preço da água como referência para as candidaturas aos fundos comunitários. Ou seja, parte-se de um <b>princípio falsamente ingénuo</b> : um município que <b>se dá ao luxo de vender ao desbarato não precisa</b> de ajudas da Europa.”

Visão 15 Junho 2006	Reportagem	Ricardo Fonseca	Fontes oficiais e não oficiais: Presidentes de au- tarquias, Quercus e GEOTA	Ataque ao Litoral	<p>“Imaginem-se os 943 <b>QUILOMETROS</b> de costa do País com as suas praias selvagens, as árvores alinhadas no sentido do vento, a vegetação que dá cor aos cordões dunares e, logo atrás, um conjunto de gruas a laborar. <b>É este o cenário mais previsível</b> para os próximos dez anos, o tempo de execução da maioria dos <b>projectos turísticos aprovados em catadupa</b> por esse litoral fora”</p> <p>“os empreendimentos Costa Terra e Herdade dos Pinheirinhos, na zona de Melides, <b>estavam na “gaveta” há vários anos e só de lá saíram graças a uma mãozinha do Governo.</b> Foram declarados PIN e assim <b>saltaram as fronteiras legais</b> que os impedia de nascer em território da Rede Natura 2000”</p> <p>Vários gabinetes camarários do País encontram-se <b>atulhados de intenções</b> mega investimentos para a costa portuguesa”</p> <p>“...outro empreendimento turístico com fortes possibilidades de ser classificado de PIN pelo governo. É de um grupo omni-presente o Espírito Santo”</p>
------------------------------	------------	--------------------	--	-------------------------	---

Nos excertos acima apresentados estão presentes diversas expressões idiomáticas e figuras de estilo., adjectivação de inferioridade, metáforas com tom incisivo forte e de denuncia: “saltaram fronteiras legais”; “estavam na gaveta. . . e de lá saíram graças a um mãozinha do governo”.

Mas os juízos de valores e a linguagem altamente subjectiva com um certo cariz de crítica e de acusação são constantes: “Ou seja, parte-se de um princípio falsamente ingénuo: um município que se dá ao luxo de vender ao desbarato não precisa de ajudas da Europa.”

Há também o recurso a uma linguagem sugestiva e à imagem, a fim de que o leitor percepcione o contraste e fique chocado e tome uma posição, é o exemplo que se segue: “Imaginem-se os 943 QUILOMETROS de costa do País com as suas praias selvagens, as árvores alinhadas no sentido do vento, a vegetação que dá cor aos cordões dunares e, logo atrás, um conjunto de gruas a laborar. É este o cenário mais previsível para os próximos dez anos”. Neste exemplo houve ainda o cuidado de a nível gráfico, através das maiúsculas destacar alguns aspectos.

Mas além da construção subjectiva há ainda o recurso a expressões que não estão a nível jornalístico correctas porque implicam uma forte oralidade, mas que são utilizadas para dar ainda mais ênfase, reforçando a gravidade das questões em análise: “aprovados em cata-dupa”; “atulhados de intenções”, são alguns exemplos.

Relativamente às fontes houve o recurso a fontes oficiais e não oficiais o que demonstra a preocupação em dar voz a todos os que estão ligados à temática ambiental mas não se limitam às informadas dadas nem a serem um veículo de transmissão dessas instituições, analisam os dados fornecidos, comparam com outros e tiram conclusões. Obviamente que para isto o jornalista tem que fazer uma análise, através de parâmetros pessoais e conduzir o trabalho sobre determinado ponto de vista e claramente com um objectivo: a defesa da causa ambiental.

Tabela VII- Análise qualitativa do Expresso

Fonte e Data	Género jornalístico	Assinatura	Fonte	Título	Excerto
Expresso 25 Março 2006	Notícia	Carla Tomás	<b>Fonte oficial:</b> Ministro Agricultura	Falta acção nas florestas	“As acções propostas pelo Governo... só surtirão efeitos a partir de 2009” “ <b>Apesar das</b> linhas mestras de organização florestal serem consensuais para a maioria dos agentes do sector, <b>muitos temem que floresta nacional não sobreviva até lá</b> ”

Expresso 20 Maio 2006	Artigo de opinião	Aníbal Fer- nandes		Energia Nuclear: uma alterna- tiva para Portu- gal?	<p>“o modo como tem vindo a ser apresentada a proposta de instalar um reaktor nuclear em Portugal, <b>não tem sido um contributo válido</b> para o esclarecimento desta complexa questão energética”</p> <p>“em resumo <b>não se pode continuar a apregoar a era da energia abundante e barata</b>, antes importando apelar à procura das soluções mais inteligentes, eficientes e adaptadas a cada caso”</p> <p>“ Porque está provado que o modo como se tem desperdiçado a energia não é sinal de desenvolvimento, nem representa conforto e bem-estar”.</p>
--------------------------------	----------------------	-----------------------	--	---	--

Expresso 27 Maio 2006	reportagem	Carla Tomás, Micael Pereira e Vitor Andrade	Fonte não oficial: "o <b>Expresso</b> soube", o <b>Expresso</b> apurou"	Vende-se poluição	"Qualquer pessoa pode comprar direitos de emissão de CO2, mas o mercado é dominado pelas empresas. A EDP já adquiriu um milhão de toneladas. <b>A factura aparecerá na nossa conta da luz</b> " "Em Portugal não se sabe quanto gastaram as empresas ao todo neste novo mercado"
--------------------------------	------------	--	---	-------------------	---

Nos excertos do Expresso denota-se um maior rigor linguístico, até porque este é um jornal de referência, mas mesmo assim há exemplos de alguma subjectividade e valorização, mas há o cuidado de não aliar num só texto informação e opinião, deixando esta para artigos de opinião, como o apresentado. Contudo a reportagem apresenta alguns elementos claramente subjectivos e opinativos que visam captar a atenção do leitor para a temática ambiental, como demonstra o título: "Vende-se Poluição", e expressões como "A factura aparecerá na nossa conta da luz".

A reportagem em análise demonstra o carácter de investigação e iniciativa do jornalista em abordar a temática, porque não há uma fonte identificada: "o Expresso soube"; "o Expresso apurou".



## Capítulo 6

# Reflexão final sobre a análise de conteúdo

Ao longo da análise quantitativa verificamos que os artigos, sobre o ambiente, publicados no segundo trimestre de 2006, nos diários “Diário de Notícias” e “Correio da Manhã”, e nos semanários “Expresso” e “Visão” são na sua maioria notícias ou reportagens, publicados na sua maioria da secção “Sociedade” que abordam os mais diversos temas sobre o ambiente, com destaque a nível gráfico pela presença de fotografia e por ocuparem  $\frac{1}{2}$  página ou página inteira, assinados e com um cariz neutro embora haja uma tendência para a negatividade.

Com base nestas observações podemos concluir que a informação é bem organizada e estruturada mas também há uma intencionalidade de aprofundar os temas através das reportagens que permitem também uma maior liberdade de escrita e supõem uma tomada de um ponto de vista. A subjectividade comprova-se não só pelo género jornalístico escolhido mas também pela tendência crescente de dar não só uma visão neutra mas tendencialmente uma visão negativa.

Estas conclusões são comprovadas pela análise qualitativa ao longo da qual se demonstrou haver uma linguagem claramente subjectiva através de uma discursividade valorativa, com recurso a figuras de estilo (metáforas, hipérboles, comparações) e a adjectivação, com forte carácter valorativo e incisivo. A escrita dos artigos em análise era extremamente pessoal e sugestiva com várias expressões idiomáticas onde a denúncia e a crítica eram constantes. Em alguns excertos analisados ha-

via um tom de indignação e revolta tão forte que numa primeira leitura diria-se até que era um texto de opinião, havendo assim uma fusão entre opinião e informação. Pudemos concluir que inerente a esta forma de escrita há uma atitude pedagógica e de consciencialização para as questões ambientais, uma vez que não abordam apenas questões de agenda como há uma apetência para a análise de estudos sejam eles disponibilizados por fontes oficiais ou por outras e analisá-los segundo um ponto de vista intrínseco ao jornalista. Em ambas as análises é clara a defesa da causa ambientalista por parte dos jornalistas que compuseram os artigos em análise, comprovando-se assim que a defesa de uma causa não é de todo incompatível com o exercício profissional do jornalismo.

## Considerações finais

Há ou não um jornalismo de causas? Esta era a principal questão á qual se pretendia obter uma resposta. A resposta parece ser clara. Há jornalismo de causas.

Mas a questão é bastante complexa e certamente será alvo ainda de muitos debates e reflexões até porque inerente a ela está um dos principais paradigmas da comunicação: o paradigma da objectividade.

Após a apresentação do conceito, em diversos níveis devido à sua complexidade e à necessidade de se encontrar um conceito abrangente de fácil interpretação mas que não menosprezasse a complexidade inerente, apresentou-se uma visão histórica e transversal desse mesmo paradigma. Desde a sua origem até á actualidade vários foram os teóricos que se debruçaram afincadamente sobre o tema, até porque esta é uma temática que acompanha toda a história do jornalismo.

Mas esta é uma questão que nasceu sobretudo no século XX com o surgimento de um novo jornalismo ou também denominado de jornalismo cívico. Como defende Jay Rosen, pai do jornalismo cívico se algo vai mal na sociedade algo vai mal no jornalismo, porque este é um espelho da sociedade. Daí o jornalismo de causas ser uma reflexão sobre esses “males da sociedade”. Inclusivamente se quiséssemos demarcar o primeiro jornalismo de causas, talvez pudéssemos considerar o “caso Watergate”, que revolucionaram a abordagem à questão da objectividade atrves do muckraking, o jornalismo de investigação e o nascimento do conceito de meta-acontecimento. Ao considerarmos que a notícia enquanto meta acontecimento cria uma correlação onde: “o acontecimento cria notícia e a notícia cria acontecimento”, pudemos estabelecer o fim do mito da objectividade

A objectividade apresentava-se como principal entrave à existência de um possível jornalismo de causas, mas esta doutrina foi considerada

como um imperativo moral, um mito e enquanto tal uma utopia inatingível, ela concretiza-se apenas sobre a forma de conjunto de procedimentos e técnicas jornalísticas apresentadas por Gaye Tuchman, que têm em conta os limites da objectividade ( ver ponto 2.1 do primeiro capítulo).

Conclui-se assim que objectividade e subjectividade complementam-se, e é nesta complementaridade que nasce o jornalismo de causas. Porque o jornalismo enquanto tal não está depreendido de uma responsabilidade social, responsabilidade essa que deve ser defendida e argumentada com rigor e objectividade, Como afirma um antigo director do *Le Monde*: a objectividade pode-se reduzir apenas ao encontro de duas subjectividades: a de quem escreve com a de quem lê. (cit. Cascais, 2003:145).

Inclusivamente os profissionais auscultados acerca desta temática defendem igualmente a existência de jornalismo de causas e assumindo que o fazem, embora salvaguardem que é necessário não confundir jornalismo e propaganda. Estes assumem que tem o direito de se indignar e denunciar.

O jornalismo enquanto actividade humana é elaborado por pessoas possuidoras de vontades, valores, mas acima de tudo é elaborada por cidadãos. Os jornalistas não deixam de ser cidadãos quando entram na redacção, aliás a profissão do jornalismo exige um olhar, uma reflexão sobre as coisas, e isto só é possível através da formulação de juízos e valores (ideia transmitida pela análise qualitativa elaborada). Obviamente que o jornalista enquanto profissional tenta ao máximo ter uma visão imparcial, e deve ter uma posição neutra face às partes, porque não lhe cabe a ele julgar quem tem ou não razão, mas ele deve dar os instrumentos para o leitor emitir juízos.

Muitas das vezes considera-se o jornalista, o educador de massas; não esquecemos que actualmente vivemos numa época de comunicação de massas. Educar é transmitir valores.

O jornalista tem uma certa responsabilidade social à qual não deve fugir

Senão reflectamos sobre a base do jornalismo. A máxima do jornalismo é contar um estória, e ao contar uma estória já estamos a narrar segundo um ângulo de visão.

Esse contar deve é ser feito de forma credível e profissional, com

rigor, e porque não segundo as regras de objectividade (por exemplo as regras de objectividade de Gaye Tuchman<sup>1</sup>), cumprindo as regras deontológicas, respeito pela fonte e sem esquecer o respeito pela verdade. Porque aí então não estamos de todo a fazer jornalismo.

É possível então um jornalismo de causas, metaforizando poderiasse- afirmar até que todo o jornalismo é de causas.

Mas ocorreu a necessidade de justificar com bases ainda mais concretas a existência de causas no jornalismo.

E claramente o ambiente é uma das causas mais defendidas pelos jornalistas porque é uma questão fundamental da actualidade. Actualidade não uma das máximas do jornalismo? Até porque ao ambiente está inter-relacionada a questão do desenvolvimento sustentável, e ele o direito á vida ou melhor á qualidade de vida. Como referiu Luís Osório na sua entrevista é um tema de interesse público.

Ao longo das notícias analisadas verificamos que a informação foi dada através de uma linguagem sugestiva que levava a posterior ao leitor a emitir valores e a informação dada não deixa de ser credível e dada com profissionalismo. A reportagem foi um dos géneros jornalísticos mais escolhido (ver gráfico 1 e 12), até porque este género facilita a escolha de um ângulo de visão não é tão formal e mais permissivo à defesa de uma causa.

Contudo a questão do jornalismo de causas não se encerra aqui ainda há muito a debater. Sobretudo é necessário estar atento à conjugação entre jornalismo de causas e profissionalismo. Afim de que os jornais não se tornem a longo prazo meros veículos propagandísticos. É necessário que os profissionais tenham uma atitude crítica mas não se deixem manipular pelas fontes nem por valores trans-organizacionais, mas sim que além de reflectirem a sociedade ajudem a que todos reflectam sobre a sociedade.

---

<sup>1</sup> Gaye Tuchman no seu texto “ A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade” apresenta quatro procedimentos estratégicos para que o jornalista consiga objectividade: apresentação de possibilidades conflituais; apresentação de provas auxiliares; uso judicioso das aspas; estruturação da informação numa sequencia apropriada



## Bibliografia

- AGNÉS, GEORGES, e LEMPEREUR, AGNÉS (orgs.). (1984) - *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Lisboa. Edições 70,
- BERTRAND, CLAUDE-JEAN (2002) – *A deontologia dos media*. Coimbra. Minerva Coimbra.
- CASCAIS, FERNANDO (2001) – *Dicionário de Jornalismo*. Lisboa: Editorial Verbo
- CLÈMENT, ÈLISABETH et al (1997) – *Dicionário Prático de Filosofia*. Lisboa: Terramar.
- GARCIA, RICARDO (2003) – *Sobre a Terra*. Lisboa: Público.
- Livro de Estilo* (2005). Público
- LÓPEZ, GABRIEL GALDÓN (2003) – *Desinformação e os limites da informação*. São Paulo. Folhas & Letras.
- McQUAIL, DENIS (2003) – *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MESQUITA, MÁRIO (2004) – *O Quarto Equívoco*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- PONTE, CRISTINA et al (2001) – *O Jornalismo português em análise de casos*. Lisboa: Caminho.
- REBELO, JOSÉ (2000) – *O discurso do jornal*. Lisboa: Notícias Editorial.

ROSA, GONÇALO P. (2006) – *A Quercus nas Notícias*. Porto: Porto Editora.

SANTOS; JOSÈ RODRIGUES (s/d) – *O que é comunicação*. Lisboa. Difusão Cultural.

SOUSA, J.P.(2004) – *Discurso Jornalístico Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas

TRAQUINA, NELSON (org).(1999) – *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega Editora.

TRAQUINA, NELSON e MESQUITA, MÁRIO (2003) – *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte.



# Anexos

## Anexo I

### Glossário

**Artigo de opinião:** Texto de opinião ou análise da responsabilidade de quem o assina. Incide geralmente sobre acontecimentos ou problemas com actualidade, sendo defesa do ponto de vista do autor baseada em informação relevante.

**Breve:** notícia resumida em poucas linhas, normalmente publicada em blocos, com ou sem título, e enunciando o acontecimento a partir da resposta a algumas questões clássicas (quem, o quê, onde, quando?), sem desenvolvimento.

**Entrevista:** género jornalístico e técnica de investigação e recolha de informação. Como género autónomo, é o relato de uma conversa/diálogo, em que o entrevistador coloca perguntas a um entrevistado.

**Muckraking:** género de jornalismo que adiciona as melhores tendências do jornalismo de investigação ao desejo de reforma do governo. Procura ainda educar o público e incentivá-lo à participação cívica para a concretização dessas reformas sociais e políticas, praticando um jornalismo de denúncia.

**New journalism:** conceito introduzido por Tom Wolfe através da publicação do ensaio *The New Journalism*, onde fala sobre as origens do género e aponta os seus principais expoentes e características com a

seguinte declaração: “Duvido que muitos dos que irei citar neste trabalho tenham se aproximado do jornalismo com a menor intenção de criar um novo jornalismo, um jornalismo melhor, ou uma variedade ligeiramente evoluída. Sei que jamais sonharam que nada do que escrevessem para jornais e revistas fosse causar tal estrago no mundo literário... provocar pânico, roubar da novela o trono de maior dos géneros literários, dotar a literatura norte-americana de sua primeira orientação nova em meio século. Esta afirmação sugere que o movimento literário do qual fez parte no começo dos anos 60 foi algo concebido de uma forma despreziosa e os seus resultados, puramente acidentais. Mas não se limita a isso: é também uma constatação sobre a surpresa com que o sucesso do género foi recebido tanto sobre escritores quanto jornalistas, que não tinham noção do poder deste novo formato jornalístico. O New Journalism nasce para, de certa forma, satisfazer uma necessidade que muitos jornalistas possuem: o sonho de escrever um grande romance.

**Notícia:** género básico do tratamento jornalístico da actualidade. Texto relativamente curto ou conjunto breve de imagens que representam um acontecimento, respondendo ás questões de referencia pertinentes no caso (quem, onde, quando, o quê, como, porquê).

**Objectividade:** conceito de difícil definição que correntemente se utiliza nas referências à actividade mas que não representa mais do que um seu ideal, logo não atingível.

**Reportagem:** género informativo principal, através do qual o jornalista procura transmitir ao público leitor/ouvinte/telespectador a informação e a impressão que colheu em contacto com os acontecimentos que relata.

## **Anexo II**

### **Entrevistas**

As entrevistas abaixo transcritas indicadas foram todas elaboradas por email à exceção da entrevista com José António Saraiva, aos entrevistados foi enviado o seguinte guião:

1. Há ou não há jornalismo de causas?
2. Como definiria jornalismo de causas.
3. A defesa de uma causa não vai contra os valores éticos e deontológicos do jornalismo?
4. Porque é que o ambiente entre outras causas se tornaram assuntos rotina e com valor notícia...?

#### **Adelino Gomes**

Jornalista do jornal “Público”

#### **Há ou não há jornalismo de causas?**

[Adelino Gomes] Há, naturalmente. Mas devo dizer-lhe que a sua prática decorrerá sempre, por definição, no fio da navalha da deontologia.

#### **Como definiria jornalismo de causas.**

[Adelino Gomes] É a defesa sistemática, através de actos jornalísticos (notícia, entrevista, reportagem bem como dos géneros opinativos), de causas sociais, políticas ou outras.

#### **A defesa de uma causa não vai contra os valores éticos e deontológicos do jornalismo?**

[Adelino Gomes] A defesa de uma causa, mesmo sistemática, não vai contra a deontologia desde que seja feita sem a violação das regras que definem o acto jornalístico. Eu posso acompanhar um processo e denunciar uma situação, por exemplo de carácter político (pensemos em Timor-Leste ou na repressão de uma minoria qualquer por um Estado organizado; Esse meu acompanhamento pode eventualmente confundir-se com a defesa de uma causa, pelos efeitos que produz;

MAS Se as notícias, reportagens, opiniões que emito foram publicadas com respeito pelos critérios de noticiabilidade e com respeito pelo princípio do contraditório, julgo que não há violação deontológica. Uma boa forma de a aferir é ver se o mesmo jornalista/jornal faz notícias/reportagens/entrevistas etc. críticas (isto é, susceptíveis de não agradar) em relação ao mesmo tema. Dito de outra forma: só há jornalismo se houver independência. O que significa que o jornalista/jornal não pode subordinar-se a outra agenda que não seja a sua própria. Um jornalista ou um meio de comunicação que por hipótese evitasse notícias verdadeiras que eventualmente desagradassem ou fossem desfavoráveis, pelo seu conteúdo objectivo, a uma determinada entidade ou causa estaria a violar as regras básicas da profissão. Por isso disso no início que fazer jornalismo de causas é seguir no fio da navalha da deontologia.

**Porque é que o ambiente entre outras causas se tornaram assuntos rotina e com valor notícia...?**

[Adelino Gomes] Não sei se o ambiente é uma causa. Por mim vejo-o como um problema, e antes disso como uma realidade do planeta com a qual nos confrontamos. Informar sobre o ambiente é um dever jornalístico. Defender o ambiente releva, penso, da função social do jornalismo (porque o jornalismo é também uma função social). Tornou-se quase uma rotina jornalística porque a partir de certa altura (há poucos decénios) o Homem tomou consciência da ameaça ambiental que começava a pairar sobre ele e sobre o planeta que habita.

Uma vez mais aqui, a distinção faz-se quando os media ou os jornalistas, por corrupção ou mesmo por desatenção, acabam a defender interesses de empresas ou grupos relacionados com o ambiente, quer dando quer omitindo dados, independentemente da realidade dos factos.

**Fernando Sousa**

Jornalista do Jornal “Publico”, secção internacional

**Há ou não há um jornalismo de causas?**

Penso que sim, que há um, porque os jornalistas exercem a sua profissão num mundo de valores. O destaque que os media deram por exemplo à questão de Timor ou à luta na África do Sul contra o apartheid, ou a que

dão frequentemente sobre a pena de morte, são três exemplos. A diferença entre o jornalismo e a mera comunicação social pode bem passar por aí.

### **Definição**

Jornalismo de causas é o que toma como referência entre outras coisas os direitos, liberdades e garantias do ser humano, pela simples circunstância de o ser, mais o ambiente em que ele nasce, vive e morre, em qualquer parte do mundo, da simples escolha dos factos à sua apresentação. É o que reconhece uma alma à profissão. Não é uma definição académica, mas por agora serve.

### **A defesa de uma causa não vai contra os valores éticos e deontológicos do jornalismo?**

Não. Os valores éticos e deontológicos remetem para causas ou são instrumento delas. O jornalista não está obrigado à neutralidade quando estão em causa valores fundamentais da vida em sociedade, por exemplo os relativos aos direitos humanos, desde logo os contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, pode ler no ponto 4 dos Princípios e Normas de Conduta Profissional do Livro de Estilo do PÚBLICO, por exemplo. O profissional também não é neutral em conflitos entre liberdade e escravidão, compaixão e crueldade, tolerância e intolerância, democracia e ditadura, livre informação e censura, paz e guerra, diz ainda aquele ponto.

### **Porque é que o ambiente entre outras causas se tornou um assunto de rotina e com valor de notícia?**

Não sei se o ambiente se tornou um assunto de rotina. Mas se isso está a acontecer não me parece mau, pese embora a transformação de uma causa numa rotina, que é uma forma de tirar a alma aos acontecimentos. O homem, segundo uma definição comum, é um ser bio-psico-social. Talvez esteja agora a dar-se conta que também é ambiental.

### **Luís Osório**

Jornalista do RCP, e director de informação

1 – O jornalismo ele próprio é uma profissão que vive e se alimenta das eternas contradições do mundo. Nessa medida o mundo, enquanto

território de conflito e de convicções, é para o jornalista um exercício diário de inteligência e ponderação. É por tudo isto que o jornalismo é uma profissão em que os bons e os maus se distinguem pela maneira como olham, percebem e contam sobre o que os rodeia. Continua a ser uma profissão em que os melhores intérpretes são aqueles que arriscam contar uma história que, por definição nunca é neutra. Mas as causas não podem ser utilizadas como instrumento político ou de influência. Esse erro tem sido cometido algumas vezes e sempre com péssimos resultados para a credibilidade dos órgãos de comunicação.

2 – Jornalismo de causas é, por definição, um exercício de defesa de um ponto de vista em detrimento de outro.

3 – Depende das causas. O jornalismo anglo-saxónico, por exemplo, não tem receio de assumir posição sobre as eleições políticas. Os grandes jornais (New York Times ou Washington Post, por exemplo) têm com os seus leitores uma relação totalmente clara. Em Portugal não existe essa tradição. Mas parece-lhe excessivo ou atentatório da deontologia defender a independência de Timor ou a luta contra a Al Qaeda.

4 – Porque a preocupação pelo ambiente (ver filme e livro protagonizado e escrito por Al Gore) se tornaram questões fundamentais e incontornáveis. Neste momento, o planeta está em risco e isso transforma a defesa do ambiente numa questão central obrigatória. É um assunto de interesse público.

### **Ricardo Garcia**

Jornalista do jornal “Público”

#### **Há ou não há jornalismo de causas?**

Na minha opinião, o jornalismo é sempre de causas. Há uma série de valores essenciais - como a democracia, a justiça social, os direitos humanos, etc - que balizam o dia-a-dia do jornalismo. São causas comuns a toda a sociedade, e também ao jornalismo. Há outras causas que também são implícitas da actividade jornalística, como a da transparência e do livre acesso à informação. Mas isto, como disse, são "causas implícitas" ao jornalismo. Quanto a causas tópicas, vejo que, em Portugal, episodicamente a comunicação social abraça uma causa. O caso recente

mais evidente, talvez, seja o da independência de Timor-Leste,

### **Como definiria jornalismo de causas**

É o jornalismo que, a priori, toma partido sobre uma determinada situação ou processo.

### **A defesa de uma causa não vai contra os valores éticos e deontológicos do jornalismo?**

Se são causas universais, como as que mencionei acima (democracia, etc...), não há grande confronto com valores éticos e deontológicos. Nos outros casos, acho que há um embate frontal. Ao ter uma posição apriorística sobre uma questão, o jornalista prejudica a sua missão de tentar ser imparcial (mesmo que, na prática, nunca o seja). Mas isto não significa que não possa haver causas no jornalismo. Mas nestas situações, é preciso deixar claro ao leitor que o órgão de comunicação social em questão está a tomar uma posição sobre o assunto.

### **Porque é que o ambiente entre outras causas se tornaram assuntos rotina e com valor notícia...?**

Tornou-se assunto de rotina porque a defesa ambiente é cada vez mais uma causa universal. Além disso, e acho importante não esquecer isto, os temas de ambiente envolvem factores que normalmente justificam notícias: risco, temor, incerteza e conflitos. Mas atenção que os temas de ambiente sobem e descem na agenda noticiosa. Agora, por exemplo, estão em subida, depois de quase terem desaparecido a seguir ao 11 de Setembro.

### **José António Saraiva**

Director do jornal “Sol”, em entrevista dada, no âmbito deste trabalho, a 21 de Novembro de 2006

### **Há ou não há jornalismo de causas?**

“o jornalismo tem que ser feito de forma isenta, independente, têm que ter aderência à realidade e por isso não pode estar a tentar condicionar a realidade, às vezes até a tentar liderar a realidade como pretendem certos jornalistas. Mas acho que as causas são possíveis nos jornais, ou seja podem ter, como o “Sol” têm, rubricas de solidariedade, onde apresentamos todas as semanas o exemplo positivo de uma organização não

governamental (ONG) que pratica solidariedade social. Mas neste caso o apelo às causas é feito através de um colunista que tem uma posição ética superior, uma vez que apela a valores superiores. Mas isso são coisas que um jornal pode albergar. O jornal enquanto instituição não se deve transformar no veículo de determinadas causas, por que com isso corríamos o risco de tornar o jornalismo em propaganda. E ambos tem que estar bem distintos porque, às tantas achamos legítimo defender o comunismo ou o fascismo se os virmos como causas. Deve haver uma separação jornal instituição e as causas o que não significa que o jornal no seu interior não possa albergar causas de natureza diferente, enfim de alcance social.” Alertando ainda que o jornalismo de causas não deve cair na variante política porque aí “tornava as pessoas permeáveis à realidade. No jornal é muito perigoso defender causas porque ou são causas transversais como é a causa do ambiente, mas se são causas no plano político aí vamos cair na defesa de uma ideologia, e aí não estaríamos a fazer jornalismo estaríamos a fazer propaganda. Estaríamos a deturpar aquilo que é a grande força do jornalismo que é a capacidade de olhar para a realidade e depois trazer as coisas à pessoa, é o descobrir a notícia. E se formos veículo de uma causa às tantas estamos a trabalhar de dentro para fora e não de fora para dentro que acho que é a atitude salutar no jornalismo.

### **O ambiente pode ser um jornalismo de causas?**

O ambiente acho que pode ser entendido como uma causa porque é cada vez mais uma preocupação. Os jornalistas no que refere à preocupação devem ter a capacidade de antecipar o futuro, os problemas que aí vêm. Quer a nível da nossa sobrevivência quer do nosso bem-estar e obviamente da preservação do planeta e nessa medida é fundamental os jornalistas darem cada vez mais importância ao ambiente. Mas darrem nessa perspectiva que é um problema que vai cair sobre nos com muita brutalidade, e os jornalistas tem que trazer para a primeira plano as grandes preocupações da humanidade e nessa medida não só uma causa como uma obrigação de informação

No jornalismo é muito perigoso defender causas porque ou são causas transversais como é a causa do ambiente, mas se são causas no plano político, aí vamos cair na defesa de uma ideologia, e aí não estaríamos a fazer jornalismo estaríamos a fazer propaganda. Estaríamos a detur-



para aquilo que é a grande força do jornalismo que é a capacidade de olhar para a realidade e depois trazer as coisas à pessoa, é o descobrir a notícia. E se formos veículo de uma causa às tantas estamos a trabalhar de dentro para fora e não de fora para dentro que acho que é a atitude salutar no jornalismo.

### Anexo III

#### Grelha de análise das notícias

<b>Identificação</b>	Fonte:	Data:	Página:	Secção:	Foto:
<b>Género:</b>	Notícia	Breve	Reportagem	Artigo Opinião	Entrevista
<b>Espaço:</b>	Pagina	1/2	1/4	menos	
<b>Tema</b>					
	positiva	neutra			
<b>Citações e fontes</b>					

## Anexo IV

Tabela de análise das notícias diárias – base dos gráfico

<b>Secção</b>	<b>DN</b>	<b>Correio da manha</b>
local	12	5
economia	0	2
país	1	4
sociedade	20	14
política	1	2
especial	4	0
<b>Foto</b>	<b>DN</b>	<b>Correio da manha</b>
sim	30	20
não	7	5
<b>Assinatura</b>	<b>DN</b>	<b>Correio da manha</b>
sim	29	19
não	8	6
	<b>DN</b>	<b>Correio da manha</b>
positiva	3	1
negativa	12	3
neutra	22	21
<b>Género</b>	<b>DN</b>	<b>Correio da manha</b>
notícia	21	15
reportagem	3	1
breve	11	9
entrevista	1	0
artigo opinião	1	0
	<b>DN</b>	<b>Correio da manha</b>
pagina	14	4
Meia página	15	12
1\4 ou menos	8	8
	<b>DN</b>	<b>Correio da manha</b>
incêndios	10	6
biodiversidade	11	2
ord.territorio	6	5
aquecimento	4	2
poluição	0	7
outros	6	3

## Anexo V

**Tabela de análise das notícias semanais – base dos gráfico**

	Expresso	Visão
local	2	0
economia	0	0
país	3	0
sociedade	7	6
especial	1	1
	Expresso	Visão
sim	7	6
não	6	1
	Expresso	Visão
sim	11	7
não	2	0
	Expresso	Visão
positiva	0	0
negativa	5	3
neutra	9	3
	Expresso	Visão
notícia	7	3
reportagem	1	4
breve	3	0
entrevista	0	0
artigo opinião	2	0
	Expresso	Visão
pagina	2	6
meiapagina	15	12
1\4 ou menos	8	8
	Expresso	Visão
incêndios	10	6
biodiversidade	11	2
ord.territorio	6	5
aquecimento	4	2
outros	6	3
poluição	0	7